

CRISTINA MARA FRANÇA PINTO FONSECA

**O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO NA
PRODUÇÃO ESCRITA ESCOLAR**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE

2001

CRISTINA MARA FRANÇA PINTO FONSECA

O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO NA PRODUÇÃO ESCRITA ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Língua Portuguesa, elaborada sob a orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte

2001

Dissertação defendida publicamente no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC MINAS e aprovada pela seguinte Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Yara Goulart Liberato - UFMG

Profa. Dra. Maria de Lourdes Meirelles Matencio – PUC MINAS

Profa. Dra. Ma. Beatriz Nascimento Decat (Orientadora) – PUC MINAS

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2001

Profa. Dra. Ângela Vaz Leão
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras
PUC MINAS

AGRADEÇO ESPECIALMENTE

A Deus, pelo dom da vida e a certeza de que está constantemente dentro do meu coração.

AGRADEÇO, IGUALMENTE,

À Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat, por tão minuciosa orientação e pelo incentivo e amizade constantes nos momentos difíceis;

Aos professores e aos funcionários do Curso de Pós-graduação em Letras, por sua contribuição no decorrer de meus estudos;

Aos colegas do Mestrado, pela amizade e solidariedade;

Aos meus pais e irmãos, pelo apoio e carinho;

A Toninho, meu marido, e a Douglas, meu filho, que me fazem feliz e pela paciência constante;

À Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e à Escola Estadual “Fernando Otávio”, pela licença concedida para a realização do curso;

À “Confraria Nossa Senhora da Piedade” de Pará de Minas, pela concessão da bolsa de estudos;

e

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE DIAGRAMAS, GRÁFICOS E QUADROS

RESUMO

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO.....	09
1.1. Delimitação do problema	09
1.2. Metodologia	13
1.3. Justificativa do <i>corpus</i>	16
1.4. Estrutura do trabalho	19
CAPÍTULO 2 – A MODALIDADE ESCRITA COMO PRÁTICA SOCIAL..	21
2.1. Introdução.....	21
2.2. O discurso escrito: tessitura, especificidades e suas condições de produção....	24
2.3. Considerações finais	31
CAPÍTULO 3 – REFERENCIAÇÃO E ASPECTOS COGNITIVOS	32
3.1. O conceito de referência de Frege	32
3.2. A referência na visão de Lyons	35
3.2.1. Expressões referenciais	35
3.2.2. Referência singular definida	36
3.2.3. Sintagmas nominais definidos não referenciados	37
3.2.4. Referência geral distributiva e coletiva	38
3.2.5. Referências indefinidas específicas e não- específicas	39
3.2.6. Referência genérica	41
3.3. A visão de Liberato sobre a referencia	43
3.4. A perspectiva de referência de Bar- Hillel	47
3.5. Conexões Cognitivas	49
3.5.1. Conexões cognitivas entre papéis e identidades	50
3.5.2. Identidade e relações de contrapartida	52
3.6. A contribuição de Marcuschi sobre a referenciação	53
3.6.1. As categorias: referir, remeter e retomar	55
3.6.2. Os processos de inferenciação e construção referencial	56
3.6.3. As relações de recategorização, correferência e co- significação	57
3.7. O modelo da anáfora sem antecedente	59
3.7.1. Características da anáfora sem antecedente	59
3.7.2. O modelo analítico da anáfora esquemática	67
3.8. Considerações finais.....	71
CAPÍTULO 4 - A ANÁLISE DOS DADOS.....	73
4.1 O processo da progressão referencial	73
4.2 Estratégias da progressão referencial	75
4.2.1 A designação anafórica	75
4.2.2 A desconsideração da predicação pela anáfora	90

4.2.3	A homologação do predicado pela anáfora	92
4.3	A anáfora sem antecedente explícito (esquemática) nos textos narrativos escritos	94
4.3.1	A anáfora sem antecedente explícito e as condições de produção....	106
4.3.2	O título como gerador da progressão referencial	110
4.4	As relações anafóricas de natureza nominal.....	114
4.5	Considerações finais.....	121
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO.....		123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		128
ABSTRACT		132
ANEXOS		133

LISTA DE DIAGRAMAS, GRÁFICOS E QUADROS

Quadro 1- Etapas da produção textual escrita	16
Quadro 2- Codificação do exemplário	19
Gráfico 1- Fala e escrita no <i>continuum</i> dos gêneros textuais	22
Diagrama 1- (Expressão lingüística, referente e sentido).....	45
Quadro 3- Configuração das relações anafóricas	58
Diagrama 2- Operações para a construção dos referentes da anáfora sem antecedentes.....	70
Diagrama 3- Operações para construção dos referentes da anáfora pronominal sem antecedente	100
Quadro 4- Relação anafórica com emprego de nomes	115

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a análise do processo de referenciação em textos escritos escolares. A partir de uma perspectiva funcionalista, e considerando os aspectos cognitivo, pragmático e social, entende-se que esse processo desenvolve estratégias alocadas por três grandes grupos em que os referentes são considerados como objetos-do-discurso que se transformam e se modificam, mediante a designação anafórica no discurso. Procura-se, também, neste estudo, descrever o fenômeno da anáfora sem antecedente explícito no cotexto. Embora esse tipo de anáfora se apresente com maior densidade na fala, espera-se apontar a contribuição de tal fenômeno para ampliar o conceito de referenciação.

PALAVRAS-CHAVE: referenciação; objeto-de-discurso; anáfora sem antecedente explícito.

Se não houver frutos
valeu a beleza das flores
Se não houver flores
valeu a sombra das folhas
Se não houver folhas
valeu a intenção da semente.
(Henfil)

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do problema

Tradicionalmente, o estudo do processo referencial concentrou-se no aspecto sintático e, conseqüentemente, na resolução de referentes pontualizados no texto. Em outras palavras, o processo de referenciação estaria submetido às pressões do sistema ou código lingüístico e à pressuposição de que, para todo elemento referencial, haveria um antecedente explícito no cotexto.

Para que o texto possa demonstrar uma melhor legibilidade, não se pode desconsiderar que o processo de resolução da referenciação é um dos aspectos vitais para a construção do sentido do texto, devido ao fato de ele ser responsável pela continuidade e estabilidade textual. Contudo, a continuidade dos referentes no que diz respeito à construção da progressão referencial não estabelece necessariamente a retomada dos mesmos referentes nem a sua manutenção completa. Segundo Marcuschi (1998b: 1), “o encadeamento referencial organiza-se num sistema de correlações como uma rede multidimensional.”

Assim, as relações anafóricas que vão sendo processadas, no ambiente textual, se dão através de atividades inferenciais proporcionando ou sugerindo a identificação dos referentes dos elementos anafóricos.

Numa visão tradicional, essas relações ocorrem quando a interpretação de um elemento (X) no discurso é dependente da de outro elemento (Y), configurando-se num quadro de que um pressupõe o outro, de modo que um

elemento só pode ser decodificado em função do outro, como se pode ver no exemplo a seguir:¹

- (a) A bruxa Márcia era muito má adorava fazer maldades com os animais da floresta encantada, inclusive uma vez ‘ela’, transformou um coelho em grande e horrível dragão.
(NA, II, 7, 61, 6-9)

Neste exemplo (a), considerado clássico, a anáfora pronominal ‘ela’ remete ao elemento pontualizado no texto, decodificável linguisticamente pelo termo “A bruxa Márcia”.

Porém, como desconsiderar o emprego da anáfora pronominal, conforme o exemplo apresentado abaixo?

- (b) Em um dia de manhã uma família comum como todas saiu para um passeio de carro.
Depois de trinta minutos de viagem o carro começou a fazer um barulho estranho no pneu, ‘eles’ pararam e foram olhar o que era. (NE, 7, 18, 2-7)

Para esse exemplo cabe a seguinte indagação: a quem o pronome ‘eles’ se refere?

Inserido na fundamentação tradicional, o emprego dessas anáforas pronominais é considerado agramatical, através de uma visão reducionista do fenômeno.

¹ Os exemplos apresentados neste estudo fazem parte do *corpus* adotado e foram transcritos conforme o original. Os que não foram utilizados no capítulo de análise de dados são arrolados, aqui, com indicação alfabética.

Entretanto, contrariamente a essa perspectiva, a anáfora pronominal *não* deve ser apenas interpretada como um mero elemento de retomada ou de correferenciação, visto que, aparentemente, as expressões lingüísticas não possuem o status suficiente para a identificação do referente dessas anáforas.

A partir dessas postulações, amplia-se o quadro das estratégias, embasado em procedimentos gerais, com ou sem continuidade referencial, como: a retomada de referentes por repetição, por pronominalização e as retomadas por sinonímia ou paráfrase, correferencial ou não; a progressão referencial por inferenciação, fundamentada em esquemas mentais sem retomada nem correferenciação.

De acordo com Marcuschi (1998b: 6), “as anáforas sem antecedente explícito são mais comuns na língua falada, mas ocorrem também na escrita, especialmente de caráter informal.”

Embora as anáforas sem antecedente explícito ocorram em maior incidência no discurso² oral e no escrito de caráter informal, tem-se observado o emprego dessa estratégia em textos considerados “formais”³ da produção escrita escolar.

É objetivo deste trabalho analisar a progressão referencial como processo, dando relevo especialmente para as anáforas pronominais sem antecedente explícito no contexto, numa perspectiva funcionalista e pragmática, buscando-se o texto narrativo escrito escolar como suporte para o estudo desse fenômeno.

A pretensão da análise é realçar o papel desses mecanismos que são de grande importância para a estruturação e compreensão de textos, atentando-se para o fato de que as anáforas sem antecedente explícito exorbitam o código

² Discurso e texto são empregados, aqui, com o mesmo sentido.

³ Não é desconhecido o fato de que as marcas de oralidade permeiam de forma abrangente os textos escritos.

lingüístico, o que proporciona uma interpretação calcada em aspectos cognitivos e pragmáticos no discurso.

A necessidade de compreender melhor os textos dos alunos no que diz respeito à sua estruturação demonstrou o valor da progressão referencial em face do seguinte problema: **como esse mecanismo vem sendo organizado, implementado e processado pelos interlocutores (locutor *versus* alocutário)⁴ do texto escrito?**

Diante desse mesmo quadro, onde se configura o emprego da anáfora sem antecedente, como responder à seguinte proposição: **por que, e de que forma, se sustentam essas anáforas no discurso escrito?**

Nesta investigação, o tratamento funcionalista-pragmático baseia-se na concepção de que “ a língua é uma atividade cognitiva e interativa, social e histórica, indeterminada e heterogênea, ” (Marcuschi, 2001: 43).

A relevância dos dados ou marcas lingüísticas constitui-se por desafiar e instigar a função do pesquisador, bem como proporcionar e sugerir-lhe, nesse contexto, que o encadeamento referencial não se constrói simplesmente pelo aspecto referencial e, paralelamente, pressupor uma noção de referência⁵ não realista.

A partir dessas considerações, assume-se que “a noção de referência não supõe que os referentes sejam necessariamente objetos do mundo, mas se pode postulá-los como objetos-do-discurso,” Marcuschi(1998 a: 2)

Dessa maneira, o fenômeno da progressão referencial se articula de forma cognitiva, pragmática e social; os interlocutores interagem como sujeitos capazes de identificar, compreender e interpretar o referente que as expressões referenciais sugerem, como o caso da anáfora pronominal sem

⁴ Neste trabalho, empregam-se como sinônimos: a) ‘produtor do texto’: locutor, interlocutor, interactante, emissor, enunciador e aluno; b) de ‘receptor do texto’: interlocutor, interactante, alocutário.

⁵ A noção de referência , neste estudo, aplica-se à lingüística de ordem não-filosófica.

antecedente explícito, bem como o desempenho de empregá-las de forma bem sucedida ou não, em virtude da interação verbal num contexto apropriado ou como fenômeno da enunciação.

1.2 Metodologia

De forma a atender à investigação proposta por este trabalho – o emprego dos objetos-do-discurso e as anáforas pronominais sem antecedente explícito da progressão referencial na interação lingüística – foram selecionados quatro tipos de textos narrativos escritos escolares⁶, priorizando as duas últimas séries (sétima e oitava) do ensino fundamental de uma escola pública⁷ do interior de Minas Gerais.

O ambiente da produção escrita escolar favoreceu as investigações desta pesquisa, por considerar-se que os textos produzidos pelos interlocutores daquelas séries apresentaram um bom grau de formalidade; contudo há de se dizer que revelaram também uma significativa influência da linguagem oral, talvez pelo pressuposto do caráter interacional, bem como das condições de produção dos textos.

Desse modo, o *corpus* é constituído de duzentos textos narrativos escritos em que se presume que o locutor, ao se comunicar, tem em mente um interlocutor virtual e “público.”⁸

Todo o trabalho de produção textual teve o acompanhamento desta pesquisadora e dos professores dos alunos-colaboradores.

É oportuno dizer que não houve problemas quanto à presença da pesquisadora nos laboratórios de produção escrita, porque todos os envolvidos

⁶ Em outra seção, explicitar-se-ão os tipos de textos.

⁷ A escola em questão é a E. E. “Fernando Otávio” de primeiro e segundo graus, da cidade de Pará de Minas, localizada a 70km de B.H. onde mora a autora deste trabalho.

⁸ Adota-se o termo “público” por entender-se que todo produtor de um texto *não* deve ter em mente *um único receptor*, neste caso, *o professor*.

no processo já se conheciam; por isso, todas as etapas transcorreram como uma situação normal para as práticas de produção escrita em ambiente escolar.

O trabalho da produção escrita foi estruturado em quatro etapas, cada uma constituída de dois momentos. O primeiro momento foi dedicado para as propostas e discussões no sentido de que os produtores fossem armazenando, processando e selecionando informações para a sua produção textual. De posse de conhecimentos e aceitas as propostas, procedeu-se ao segundo momento, qual seja, o da produção textual.

As quatro etapas se estruturaram da seguinte forma:

- 1) primeiramente, foi discutido o problema do menor abandonado. Apresentaram-se para leitura os textos _ “O Guri” e “Pivete” de Chico Buarque de Holanda. Em seguida, foram expostas fotos dos menores abandonados, em situações diversas. Ao final, foram ouvidas e cantadas as músicas “O Guri” e “Pivete”. A partir de então, solicitou-se um texto narrativo com o tema “O menor abandonado”;
- 2) na segunda etapa, os alunos foram orientados a escrever uma história, empregando as palavras: vale, princesa, perdido, dragão e caçador. Nessa orientação havia também um desenho.
- 3) na terceira etapa, foram selecionados dois textos jornalísticos, retirados do trabalho de Marcuschi (1998b), nos quais os alunos pudessem observar o tratamento lingüístico, quanto à incorporação de novos termos e expressões, bem como a repetição de alguns termos e expressões. O objetivo foi demonstrar que o texto fica mais atraente, se o produtor procurar utilizar recursos lingüísticos, os mais variados possíveis, e que, ao fazê-lo, deve ter uma intenção, e em função de uma

aceitabilidade aos princípios lingüísticos.⁹ Em seguida, foi proposta a produção de um texto narrativo baseado num desenho, em que a situação delineava-se pelo “tom humorístico.”¹⁰

4) na última etapa, houve a proposta de narração de experiência pessoal ou de terceiros. Segundo Tarallo (1997: 23),

o informante, ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativa, desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma. A desatenção à forma vem sempre embutida numa linha de relato, a que chamaremos ‘estrutura narrativa’.

O objetivo dessa etapa foi fazer com que o aluno se sentisse em situação mais confortável ou pelo menos mais seguro para a criação textual.

Como foi dito anteriormente, a fase destinada à produção textual foi implementada no segundo momento de cada etapa, ou seja, após a apresentação e discussão das propostas.

No quadro a seguir, apresentam-se essas etapas para uma melhor visualização do processo.

⁹ “... em função de uma aceitabilidade aos princípios da comunidade lingüística”, significa que o locutor deve procurar empregar termos pertinentes e, ao mesmo tempo, decodificáveis para a interação lingüística.

¹⁰ Os recursos utilizados, como desenhos, para a discussão e propostas dos temas, encontram-se ao final deste trabalho (Anexos), bem como um exemplo de redação de cada etapa.

Quadro 1

Etapas da produção textual escrita		
Etapa	1º momento: discussões e propostas	2º momento: produção escrita
1ª	Apresentação de textos, fotos e audição das músicas “O guri” e “Pivete”	Elaboração dos textos
2ª	Apresentação de um desenho acompanhado por algumas palavras	Elaboração de textos
3ª	Apresentação de dois textos jornalísticos (Marcuschi, 1998)	Elaboração de textos
4ª	Narração de experiência pessoal ou de terceiros	Elaboração de textos

1.3 Justificativa do *corpus*

O interesse pelos textos narrativos escritos que constituíram o *corpus* decorreu do objetivo deste trabalho, que é o de descrever o emprego dos referentes; dito de outra forma, descrever como os objetos-do-discurso vão sendo construídos e articulados, por conseguinte a seleção e a organização da informação.

Segundo Travaglia (1998: 2),

cada tipo de texto, estabelece um modo de interação, de interlocução entre produtor e receptor do texto. Ao estabelecer este modo de interlocução, o enunciador/ locutor se coloca em uma perspectiva que acaba resultando no fato de que um tipo básico de informação deverá ser selecionado.

Portanto, a estrutura narrativa favorece ao interlocutor escolhas lingüísticas, apropriando-se de diversos mecanismos para introduzir, construir e articular informações.

Para Labov e Waletzky (1967, *apud* Bastos, 1994: 22),

a narrativa se define como entidade formal e funcional. Formal, à medida que se identifica como discursos constituídos à base de padrões recorrentes, característicos, discriminados desde o nível da oração, passando por unidade maiores, até o nível da narrativa simples completa. Funcional, à medida que esses padrões são identificados e a partir das funções que o discurso narrativo cumpre na situação da comunicação: uma 'função referencial', uma vez que uma de suas finalidades é recapitular experiências passadas, com a particularidade de que a seqüência das orações narrativas se organiza de maneira semelhante (mimética) à seqüência temporal dos acontecimentos vividos pelo personagem-narrador, e uma 'função avaliativa,' desde que, normalmente, o relato da experiência passada revela o empenho pessoal do narrador no sentido de valorizar os fatos narrados de forma a acentuar o seu 'caráter narrável'.

Desse modo, o interlocutor, ao desempenhar seu papel na interação, preocupa-se em destacar o fato narrável, em busca do interesse do seu interlocutor. Para isso se vale dos variados recursos que estão à sua disposição.

O modelo laboviano é constituído pela seguinte estrutura: resumo, orientação, complicação da ação, resolução da ação, avaliação e coda. Segundo Bastos (1994), esse modelo traz certas limitações como, por exemplo, o fato de a narrativa apresentar-se como uma seqüência de seções estanques já apontado por Castro (1980, *apud* Bastos 1994: 28)

Bastos (1994) procurou um modelo mais adequado para o estudo das narrativas escolares – o de Paul Larivaille (1974). Segundo a autora, esse modelo é mais flexível, possui um caráter dinâmico e corresponde melhor ao modelo proposto pela escola – introdução, desenvolvimento, conclusão – na produção de textos. Entretanto, a autora constata que o modelo de Larivaille, ao definir as partes do texto narrativo, não as situa no conflito da interação lingüística.

De forma a dar consistência à sua análise, Bastos (1994: 34), utiliza os dois modelos, recorrendo às funções narrativas de Labov e Waletzky, sem correspondência no modelo de Larivaille, os quais serviram de embasamento teórico para a técnica da narrativa ministrada pelos professores em momento retrospectivo à pesquisa.

No presente trabalho, não se teve como objetivo analisar as funções ou as partes do texto narrativo, mas através da observação do seu funcionamento e organização, como inserção da interação lingüística, alcançar as metas anteriormente propostas.

Visando a uma melhor compreensão dos exemplos coletados do *corpus* desta pesquisa, adotou-se a seguinte convenção, explicitada no quadro abaixo:

Quadro 2

Codificação do Exemplário				
<i>Narrativa</i>	<i>Código</i>	<i>Série</i>	<i>Número da Redação</i>	<i>Linhas</i>
Com apoio – 1 ^a etapa	NA, I	7 ^a / 8 ^a	108	5-8
Com apoio_ 2 ^a etapa	NA, II	7 ^a / 8 ^a	46	27-29
Com apoio – 3 ^a etapa	NA, III	7 ^a / 8 ^a	41	2-3
Experiência Pessoal	NE	7 ^a / 8 ^a	124	9-14

Assim, por exemplo, em (NA, I, 7, 108, 5-8), leia-se: narrativa da primeira etapa, sétima série, redação número 108, linhas cinco a oito.

Desse modo, após cada exemplo apresentado o código virá entre parênteses, como se poderá conferir no capítulo de análise dos dados.¹¹

1.4 Estrutura do trabalho

Neste capítulo foram explicitadas as reflexões iniciais que serviram de base para a compreensão do fenômeno lingüístico estudado, além de demonstrar como se procedeu para atingir os objetivos propostos.

Assim, o presente trabalho se estrutura da seguinte forma: no segundo capítulo faz-se, à luz de uma perspectiva funcional-discursiva, uma breve apresentação sobre a língua escrita e suas especificidades, como também a

¹¹ Os exemplos que não foram utilizados no capítulo de análise dos dados são arrolados, aqui, com indicação alfabética.

noção de tessitura e a relação entre texto e contexto. Quanto à escrita enfocam-se autores como Bernstein (1973), Labov (1972), Labov & Waletzky (1967), Chafe (1982,1985), Gumperz,(1991) Costa Val(1994,1996). No que diz respeito ao texto como produção discursiva e sua relação com as condições de produção, serviram para fundamentação os autores Halliday e Hasan (1976) e Marcuschi (1999).

No que compete à revisão bibliográfica, o terceiro capítulo trata do conceito de referência de acordo com as postulações de Frege (1978) , Lyons (1977), Liberato (1997), Bar- Hillel(1982) , Fauconnier & Sweetser (1996), Marcuschi (1998 a, b) e Marcuschi (2001). Também neste capítulo desenvolve-se a contribuição de Marcuschi com relação à anáfora sem antecedente explícito.

No quarto capítulo é desenvolvida a análise que procura interpretar o processo referencial, segundo as teorias de Koch & Marcuschi (1998) e Marcuschi (1998 a,b), em textos produzidos pelos alunos das últimas séries do Ensino Fundamental, em resposta às questões levantadas neste estudo.

Finalmente, encontra-se o capítulo quinto destinado à conclusão deste trabalho, em que se demonstra a compreensão do processo de referenciação em textos narrativos escritos escolares.

Capítulo 2

A MODALIDADE ESCRITA COMO PRÁTICA SOCIAL

2.1 Introdução

Este capítulo trata de aspectos ligados ao uso da modalidade escrita como prática social. Para tanto, serão discutidas a relação entre língua falada e língua escrita dentro de um “*continuum* tipológico” das práticas sociais, a concepção de língua que norteará a análise da atividade discursiva – textos escritos narrativos – e as condições de produção em que se dá a atividade oral ou a escrita. No caso da produção de textos escritos, a concepção de língua, a modalidade escrita e suas especificidades, além do conceito de tessitura, tornam-se pontos preponderantes para o estudo da progressão referencial enfocado neste trabalho.

Segundo Marcuschi (2001), numa primeira abordagem, estudos como os de Bernstein (1973), Labov (1972) e outros postulavam a polaridade entre língua falada e língua escrita, caracterizando uma visão dicotômica entre forma *versus* conteúdo, língua *versus* uso e a eleição da língua como sistema de regras.

Entretanto, uma outra corrente, representada por Chafe (1985), Gumperz (1982) e outros, entendeu que as duas modalidades se determinam dentro do “*continuum* tipológico”, como se pode observar através do gráfico abaixo:

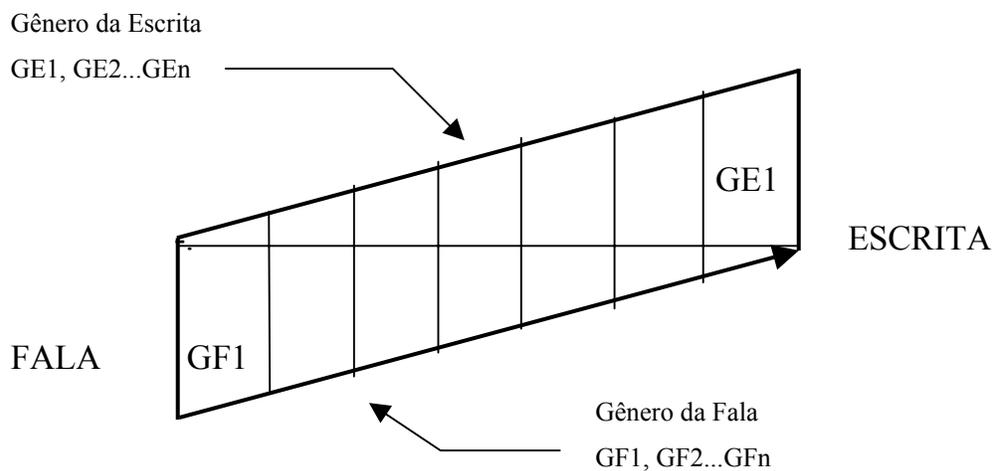


GRÁFICO 1 Fala e escrita no *continuum* dos gêneros textuais

O gráfico acima, apresentado em Marcuschi (2001: 38) demonstra que tanto a fala como a escrita variam, proporcionando semelhanças e diferenças ao longo do *continuum*. Portanto, uma carta pessoal, íntima, aproxima-se de uma narrativa oral espontânea; porém uma carta comercial ou aberta se distancia da narrativa oral espontânea, devido às diferenças de cada gênero e especificidades de cada modalidade, de forma que se devem considerar as relações entre fala e escrita como **duas modalidades de uso efetivo da linguagem humana.**

Sabe-se que boa parte dos estudiosos que se ocupam com as relações entre língua falada e língua escrita tendem a analisar o texto falado sob a ótica da escrita; e, por outro lado, as considerações em face da escrita fundamentam-se no código lingüístico e não na língua escrita enquanto texto e discurso.

De acordo com Marcuschi (2001: 35), “o que conhecemos não são nem as características da fala como tal nem as características da escrita; **o que conhecemos são as características de um sistema normativo da língua.**” (grifos do autor)

Na perspectiva dos estudos lingüísticos, vigoram de forma contundente três concepções de língua que traduzem a ótica de seus seguidores numa tentativa de compreender a natureza e as funções em que se molda seu objeto – a língua.

As duas primeiras concepções vêem o discurso como um produto, desconsideram o uso real da língua.

Este trabalho se fundamenta na terceira concepção, a qual considera a língua como um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação variável), dinâmico (suscetível a mudanças), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminado sob o ponto de vista semântico e sintático, submetido às condições de produção e que se manifesta em situações de uso concreto como texto e discurso. À luz dessa concepção, a modalidade escrita é aqui analisada como processo e considera o uso real da língua.

Assim, como práticas sociais, as atividades de ler e escrever estão inseridas no dia-a-dia das pessoas de tal forma que passa despercebido que, em determinados contextos, essas atividades cumprem apenas a função de sobrevivência para uma sociedade tipicamente letrada.

Falar e escutar, bem como ler e escrever, são processos psicolingüísticos, por isso são tanto pessoais como sociais. São pessoais porque são empregados para satisfazer necessidades pessoais, como a questão da sobrevivência; e sociais, à medida que são utilizados para a comunicação entre as pessoas. “A escrita existe inserida numa complexa rede de relações sociais” (Ferreiro, 1990: 102).

Segundo Cagliari (1992: 101),

alfabetizar grupos sociais que encaram a escrita como simples garantia de sobrevivência na sociedade é diferente de alfabetizar grupos sociais que

acham que a escrita, além de necessária, é uma forma de expressão individual de arte, de passatempo.

A língua escrita tem como propósito a interação entre as pessoas através do tempo e do espaço, por isso as suas condições de produção diferem das condições da língua oral, utilizada para a comunicação face a face, *in loco*.

Segundo Goodman (1990: 86), há três princípios que regem o desenvolvimento da escrita a) o princípio funcional; b) o princípio lingüístico e c) o princípio relacional. O primeiro se manifesta quando o usuário resolve o problema de como escrever e para que escrever. O segundo atém-se ao fato de que o usuário resolve o problema da forma como a linguagem escrita está organizada para extrair significados na cultura; e o último diz respeito à resolução do problema de como a linguagem escrita chega a ser significativa. Assim, o escritor tem de aprender quais princípios são significativos e quais não são, e como e quando se dá a mudança de significado.

2.2 O discurso escrito: tessitura, especificidades e suas condições de produção

Esta seção tem por finalidade a discussão sobre o conceito de tessitura, bem como sobre as condições de produção da atividade escrita. Dentre as fundamentações que permitissem enforçar as questões acima, contou-se com as contribuições de autores como Halliday & Hasan(1976), Beaugrande(1997),Chafe(1982,1985),Costa Val(1996) e Marcuschi (1999).

Observe-se, inicialmente, o trecho abaixo:

O discurso, quando produzido, manifesta-se lingüisticamente por meio de textos. O produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo, qualquer que seja sua extensão, é o texto, uma seqüência verbal constituída por conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência. Em outras palavras, um texto só é um texto quando

pode ser compreendido como unidade significativa global. Caso contrário, não passa de um amontoado aleatório de enunciados,(Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNS (1999: 21).

Veja-se que a citação acima prioriza o texto apenas como uma unidade significativa global, constituído por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência. Entretanto, para Beaugrande (1997: 10), “ é essencial que se veja o texto como um evento comunicativo em que convergem ações lingüísticas, sociais e comunicativas e não simplesmente como a seqüência de palavras escritas ou faladas”. Assim, para ele o texto não é meramente analisado como um produto de ordem sintático- semântica. O texto é compreendido como um processo em que se manifestam também as relações sociais. Assim o escritor, ao fazer uso do discurso escrito como atividade social, preocupa-se em fazer com que essa atividade tenha uma unidade significativa; e para isso desenvolve uma formatação do seu discurso o qual está vinculado às condições próprias da produção escrita.

O texto escrito é, pois, um evento interativo em que locutor e interlocutor encontram-se distantes, proporcionando ao locutor maior liberdade para escolhas lingüísticas, seleção de informações, organização de idéias, além do fator temporal.

O texto escrito apresenta-se, em termos de produto final, “limpo de marcas do processo de criação” (Costa Val, 1996: 139).

A escrita, por excelência, possui um *status* permanente, tendendo a uma feição mais conservadora e a uma fixidez lingüística.

Segundo Chafe (1985), o texto escrito tende a ser lógico, consistente, crível, porque ao ser registrado estará à disposição para consultas e reflexões por um longo período de tempo.

Para Chafe (1982 e 1985), a escrita circunscreve-se pela lentidão de sua produção; essa condição física proporciona, na escrita, unidades de idéias

longas, complexas e articuladas em frases bem elaboradas. De acordo com o autor, o escritor trabalha solitário, livre da presença do interlocutor, por isso o discurso escrito é editável.

Outra questão básica para Chafe (1985) é a natureza do suporte. O caráter permanente da escrita torna o discurso um objeto estático e estável. O locutor do texto escrito, por se distanciar do seu interlocutor, pode dedicar-se mais à elaboração discursiva, empregando o raciocínio dedutivo, de forma que o texto escrito configura-se pela lexicalização e recursos lingüísticos inerentes a sua condição de produção.

Conforme aponta Goodman (1990: 16),

os textos escritos também apresentam estruturas semânticas, recursos coesivos, que ligam o texto e lhe dão unidade. Por exemplo, a repetição da mesma palavra e de seus sinônimos formam uma cadeia coesiva.

Todas essas características do texto escrito são utilizadas para sua formatação e são percebidas pelo interlocutor ao fazer predições e inferências na construção da significação.

A inferência é um recurso altamente utilizado pelo interlocutor para complementar a informação disponível, articulando o conhecimento conceitual, lingüístico e os *frames* que já possui.

Assim o texto escrito, apesar de ser centrado mais na informação, não carece de ser totalmente explícito estrategicamente, de modo a fazer com que o interlocutor possa buscar e entender os dados não-presentes na superfície textual.

De acordo com Halliday & Hasan (1976), para decidir se um conjunto de enunciados constitui ou não um texto, os interlocutores evocam dois âmbitos de evidência: pontos de referência lingüística, internos ao texto, isto é, as relações que se articulam dentro do sistema lingüístico; e pontos de referência situacionais, externos ao texto, ou seja, as relações que se

processam entre o sistema lingüístico e os fatores que se manifestam no contexto de produção de falante/escrevente e ouvinte/leitor.

Na atividade textual, não há divisão entre esses dois pontos, porque os interlocutores não os separam para decidirem se uma porção textual está em conexão com a outra constituindo um texto.

Para Halliday & Hasan (1976), a tessitura é o produto da combinação de configurações semânticas de dois tipos: de registro e de coesão.

Segundo os autores, “um texto” é um extrato do discurso coerente em relação ao contexto da situação (consistente em registro) e coerente com respeito a ele mesmo (coesivo). Assim entendem por registro

uma série de configurações semânticas que estão associadas a classes específicas de contextos de situação e que definem a substância do texto: o que ele significa, no sentido mais amplo, incluindo todos os componentes de seu significado social, expressivo, comunicativo, representacional, etc. (Halliday & Hasan,1976: 30) .

Por coesão entendem “ uma série de relações de significado que é geral para todas as classes de textos e que distingue o ‘texto’do ‘não-texto’ e inter-relaciona entre si os sentidos do texto.” (id.ib.)

Desse modo, a coesão não é uma questão do que um texto significa, mas de como está edificado semanticamente.

Para Halliday & Hasan, se um texto configura um uso lingüístico informal para uma situação tipicamente de discurso jurídico, seria incoerente com a situação em que se manifestou e com o uso lingüístico empregado.

Segundo os autores, a qualidade de um texto ser texto envolve mais do que a presença de relações semânticas; envolve também um certo grau de coerência que inclui os vários componentes interpessoais (social, expressivo, conativo) – os *moods*, modalidades, intensidades e outras formas de influência dos falantes na situação verbal. Para eles, contexto e texto coadunam-se, isto

é, o contexto explica o texto e um texto propõe ao interlocutor a configuração mental do contexto.

O processo de textualização, segundo Marcuschi (1999), deve ser analisado integradamente ao processo de compreensão, constituindo uma atividade conjunta denominada **produção de sentido**. O autor explica como se pode operar com a fórmula do tipo:

(textualização + compreensão) → Produção sentido \cong texto

Assim, o texto enquanto evento discursivo seria equivalente (\cong) à produção de sentido vista como um efeito (\rightarrow) da textualização e (+) uma dada compreensão.

Nesse sentido, os interlocutores não possuem papéis autônomos; em outras palavras, não existiria uma fronteira demarcada para o autor/ falante nem para o leitor/ouvinte.

De acordo com o autor, a produção de sentido é, pois, o tratamento integrado da leitura e da produção textual. Para se entender a produção de sentido é fundamental saber qual a contribuição dos aspectos língua, cognição, sociedade.

Para que esta teoria tenha sentido, Marcuschi (1999) propõe como fundamentos as seguintes teses:

- a- a língua é atividade e não estrutura ou forma;
- b- o texto é um evento e não uma simples unidade lingüística estática;
- c- a autonomia lingüística (ou autonomia textual) é um mito;
- d- a compreensão humana é contextualmente configurada;
- e- a produção de sentido é o resultado de atividades cognitivas mediadas pela experiência organizada socialmente em regime de co-produção.

Para esse autor, a indagação sobre como funciona a mente na construção do discurso recoloca o problema da relevância contextual no processo de produção de sentido, reforçando a tese de que “os seres humanos acessam e processam informações semelhantes ou idênticas de maneira diferente em contextos diversos” (Fauconnier & Sweetser, 1996:2). Isso significa que toda capacidade humana de lidar com o mundo e de ligar conhecimentos origina-se de interesses e habilidades de organizar a experiência cognitiva. Dessa forma, o problema relaciona-se aos processos de produção de sentido, perante o suposto uso de sistemas de representação, situações do dia-a-dia, como acontece nas línguas humanas.

Marcuschi reafirma que o texto é um evento e não uma simples unidade formal, que deve ser visto como uma atividade de produção de sentido, e adota a proposta de Beaugrande (1977: 10), já mencionada nesta seção.

Assim, um texto pode ser visto como uma seqüência de sons, palavras, significações, informações, frases, ações etc; mas ativado pelos produtores de atuação no mundo real em que vivem.

Segundo Marcuschi, Beaugrande (1977) concebe o texto como um sistema real de escolhas realizadas no uso de uma dada língua que, por sua vez, seria um sistema virtual de escolhas possíveis. Assim, o sistema real a que se refere Beaugrande pode ser explicado a partir das postulações de Fauconnier & Sweetser (1996) como um domínio ativador de espaços cognitivos, sendo que o sentido (sistema real) seria precisamente uma conexão específica de um espaço determinado. O sistema virtual possui restrições ou condições permanentes como também o sistema lingüístico, e o sistema real teria restrições emergentes regidas por contextos cognitivos ou por situações determinadas, como a uma escolha adequada de elementos ou de estilo para produzir efeito.

Conforme Marcuschi, as escolhas reais que são condicionadas e emergentes se originam da prática usual, no uso diário da língua. O falante é intuitivamente competente nessa atividade. Assim, o locutor, ao escrever uma carta, ou dar um telefonema (que são gêneros configurados com certas estruturas e condições de organização não normatizadas pela gramática), estabelece o estilo, a escolha lexical, a complexidade das estruturas sintáticas ou a seqüenciação dos tópicos que são vinculados pelo tipo de interesse do momento.

Saber que tipo de escolhas se deve fazer é igualmente ter conhecimentos sociais, culturais e lingüísticos de forma a alcançar o objetivo almejado.

Para Marcuschi, não há dúvida de que, como evento comunicativo, um texto deve obedecer a regras mínimas para atingir esse objetivo. Se o falante não consegue construir um enunciado lingüístico que produza sentido, o texto tende ao fracasso. Caso haja o fracasso, foi porque não pôde ser processado com os princípios gerais da textualidade. Não se trata, pois, de estabelecer os princípios da textualidade como propriedades inerentes ao texto, mas como estratégias de processamento operadas pelo produtor de determinado texto.

De acordo com Woods (1990: 165), o aluno-escritor

pode utilizar, em seu trabalho, uma pluralidade de usos da língua escrita no contexto escolar e no social. É a variação nos modos como a linguagem escrita entra na vida social de uma comunidade incluindo a da escola. De modo que se considera o contexto da língua escrita na escola, como qualquer coisa que afeta as respostas de leitor ou do que escreve quanto à linguagem escrita, que é o centro da atenção perceptual imediata.

Assim o aluno-escritor reveste-se do contexto interno e externo como fonte motivadora para a atividade textual escrita.

2.3 Considerações finais

Neste capítulo procurou-se apresentar uma breve noção da modalidade escrita e suas especificidades, dentro de um “*continuum* tipológico” em que fala e escrita são vistas como práticas sociais.

Ressaltou-se a relação entre locutor *versus* escrita *versus* interlocutor, procurando, dessa forma, demonstrar como o locutor do discurso escrito se posiciona diante da produção escrita no contexto de uso social, sendo o interlocutor, nesse jogo da interação, inegavelmente cúmplice, como também co-autor das estruturas subjacentes da atividade discursiva.

Considerou-se também, neste capítulo, a noção de texto como um evento comunicativo, não autônomo, ligado às suas condições de produção, munido de estratégias para integrar os interactantes envolvidos na atividade interlocutiva.

Capítulo 3

REFERENCIAÇÃO E ASPECTOS COGNITIVOS

Este capítulo vem destacar o problema da referenciação e dos aspectos cognitivos que envolvem qualquer atividade textual.

O processamento textual entrelaça, ao mesmo tempo, diversos sistemas como o cognitivo, textual e sócio-interacional.

O sistema textual, por exemplo, constitui-se de muitas estratégias, dentre elas está a referenciação.

Este processo enfoca diferenciadas opiniões, proporcionando férteis discussões. Desse modo se pode ter uma breve visão dos estudiosos da linguagem, sejam eles filósofos, lingüistas e/ou ambas as coisas como Frege (1978), Lyons (1977), Liberato (1997), Fauconnier & Sweetser (1966) e Bar-Hillel (1982).

Muitas dessas contribuições são importantes, porque servirão de base para a proposta deste estudo.

3.1 O conceito de referência de Frege

Na perspectiva de Frege (1978), o sentido e a referência revelam-se numa consideração da relação de identidade.

Para Frege esta relação baseia-se no fato de que “a” = “a” e “a”= “b” são declarações de diferente valor cognitivo, que não seriam “se se considerar

a igualdade como uma relação entre aquilo a que os nomes “a” e “b” se referem.”

De acordo com Frege:

é pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavra, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto(...). A referência de “Estrela da tarde” e “Estrela da Manhã” seria a mesma, mas não o sentido (Frege, 1978: 62)

Pode-se verificar essa distinção com relação aos nomes próprios pelos quais ele quer dizer qualquer designação de um único objeto. Para o autor “um nome próprio (palavra, sinal combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência” (p. 66); ou ainda, quando se trata de um nome próprio como, “Aristóteles”, “poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno” (p.63) ou algumas expressões como “a série que converge menos rapidamente” possui um sentido, mas provavelmente, não tem referência.

Para Frege, entender um sentido nunca assegura a sua referência. Uma expressão que tem referência “não deve ser tomada como tendo sua referência usual,” (Frege, 1978: 64) quando está entre aspas. Parece que o autor pretendeu mostrar o que essa referência extraordinária possa ser e reconhecer que muitos contextos lingüísticos diferentes podem afetar a referência de expressões empregadas em estruturas do próprio contexto, em especial no discurso indireto e sentenças subordinativas que contêm os verbos como “ouvir,” “conhecer.”

Segundo Frege, nos contextos constituídos por discursos indiretos, as palavras (...) têm a sua referência indireta, isto é, não a sua referência usual.

Porém, ele faz a seguinte consideração; distinguindo “a referência costumeira de uma palavra de sua referência indireta, e o seu sentido costumeiro de seu sentido indireto. A referência indireta de uma palavra, é, pois, seu sentido costumeiro.” (Frege, 1978: 64)

Parece nítida a atitude de Frege em querer dizer que tipo de entidades é o sentido e a referência.

Com relação aos nomes próprios, a sua postulação parece bem sucedida: um “objeto” determinado, em sentido mais amplo, que “ $2 + 2 = 4$ ”, por exemplo, são dois nomes próprios com um e o mesmo “objeto” com a sua referência.

Frege, em relação ao sentido de um nome próprio, prefere dizer o que ele não é: “A referência de um nome próprio e o próprio objeto que por seu intermédio designamos: a representação que deletemos é inteiramente subjetiva: entre uma outra está o sentido que, na verdade, não é o próprio objeto.” (p.65)

Para Frege, há uma distinção subjetiva – objetiva entre a idéia e o sentido do sinal. Frege (1978) disse que “a imagem no telescópio é, na verdade, unilateral: ela depende do ponto de vista de observação: não obstante, ela é objetiva, à medida que pode servir a vários observadores” (pp. 65,66).

As doutrinas de Frege com relação ao sentido parecem ser bem aceitáveis, porém em relação à referência tornam-se problemáticas. Para o autor, uma sentença ‘contém um pensamento’ e por pensamento ele entende, ‘não o ato de pensar, mas seu conteúdo objetivo, que pode ser a propriedade de muitos. As duas sentenças “Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol” e a “Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo sol” contêm pensamentos diversos.

Nas palavras de Frege (1978):

Somos assim levados a reconhecer o valor de verdade de uma sentença como sendo sua referência (...). Toda sentença assertiva, face à referência de suas palavras, deve ser, por conseguinte, considerada como um nome próprio, e sua referência, se tiver uma, e ou o verdadeiro ou o falso. (p.69)

As considerações de Frege sobre a sentença, na qual nomes próprios têm valor de verdade (o verdadeiro ou o falso), geraram teses contraditórias que vieram contribuir para formação da filosofia da linguagem neste período.

É necessário dizer que Frege, em sua semântica, estava interessado com o sentido lógico da referência e do sentido e não com a linguagem como significado.

3.2 A referência na visão de Lyons

Nas postulações de Lyons (1977: 45), o termo referenciação tem a ver com a relação existente entre uma expressão e aquilo que essa expressão designa ou representa em ocasiões particulares da sua enunciação.

Lyons faz menção a Ogden e Richards (1923) que conceberam como ‘referente’ qualquer objeto ou estado-de-coisas no mundo exterior que é identificado por meio de uma palavra ou expressão; e ‘referência’ o conceito mediador entre a palavra (ou expressão) e o referente.

3.2.1 Expressões referenciais

Segundo Lyons (1977), quando se enuncia uma frase como ‘Napoleão é Corso,’ diz-se que o locutor refere-se a um certo indivíduo (Napoleão) por meio de uma expressão referencial. Se a referência for bem sucedida, a expressão referencial possibilitará que o interlocutor identifique o referente, isto é, o indivíduo de quem se fala. Desse modo o locutor realiza um ato de

referência. Assim, em um determinado contexto, quando se faz uso de uma expressão que possa satisfazer as condições desse contexto, poder-se-ia dizer que a expressão refere-se ao seu referente.

3.2.2 Referência singular definida

De acordo com Lyons (1977), pode-se distinguir as expressões referenciais em expressões singulares e gerais. As expressões referenciais singulares referem-se a indivíduos e as gerais referem-se a classe de indivíduos. Para Lyons as expressões que se referem a um indivíduo ou a classe de indivíduos são expressões definidas e as que não se referem a um indivíduo ou classe de indivíduos – mas que se admite terem uma referência – são denominadas expressões indefinidas.

Para o autor, o emprego das expressões gerais é algo complexo e, principalmente, o das expressões gerais indefinidas.

Pode-se reconhecer três usos principais de expressões referenciais definidas como:

- (a) sintagma nominal definido,
- (b) nomes próprios,
- (c) pronomes pessoais.

O uso do sintagma nominal como expressão referencial definida dá-se pelo fato de se identificar um referente, não só através de um nome próprio, mas fornecendo ao interlocutor uma descrição suficiente, de forma que na instância enunciativa se possa distingui-lo de todos os outros indivíduos presentes no discurso.

Segundo Lyons (1977: 149), o emprego de nomes próprios associados aos sintagmas nominais “torna a linguagem um sistema semiótico extremamente eficiente e flexível”, o que é bem diferente da questão de se saber se os pronomes pessoais são, em princípio, dispensáveis.

Enfim, para que a referência seja bem sucedida, é necessário que o locutor faça uso de uma expressão referencial, seja um nome próprio, um sintagma nominal definido ou um pronome, os quais tornem o interlocutor capaz de eleger um referente entre vários referentes potenciais.

3.2.3 Sintagmas nominais definidos não-referenciados

Conforme Lyons (1977), a função dos sintagmas nominais definidos não é somente para uso referencial; esse pode ocorrer como complemento do verbo “ser”, isto é, em função predicativa como no clássico exemplo:

(A) “ ‘Giscard d’Estaing’ é o Presidente de França.”

O enunciado acima pode ter várias interpretações. Uma delas é: o sintagma ‘o presidente de França’ não é empregado para se referir a um indivíduo, mas com função predicativa, para se declarar algo acerca do indivíduo que é referido por meio de um nome próprio em função de sujeito ‘Giscard d’Estaing.’

Outra possível interpretação de (A) seria que tanto ‘Giscard d’Estaing’ como ‘o Presidente de França’ funcionam como expressões referenciais, constituindo uma relação de identidade entre os dois referentes.

É necessário dizer que o verbo “ser”, em algumas línguas, é empregado com a função predicativa e também, equativa.

Lyons (1977) cita Donnellan (1966), o qual observou que um sintagma nominal também pode ser empregado não referencialmente como o sujeito de uma frase em

(B) “ ‘O assassino de Smith’ é louco.”

Uma interpretação possível é que o sintagma nominal representado por ‘o assassino de Smith’ se refere a um indivíduo particular.

Uma outra interpretação para (B) seria :

(C) “ ‘Quem quer que tenha matado Smith’ é louco.”

Neste exemplo, é possível interpretar, em determinadas situações, ‘quem quer que tenha matado Smith’ como uma expressão referencial (mas nunca como uma expressão com referência singular definida).

A frase (C) pode ser enunciada em situações em que o locutor não esteja apenas afirmando sobre um indivíduo que ele é louco, mas baseando-se no fato ocorrido, servindo como subsídio à asserção feita.

De acordo com Lyons (1977), se (B) tem a mesma interpretação que (A), então a expressão ‘o assassino de Smith,’ segundo Donnellan (1966), “está a ser usada atributivamente,” e na utilização atributiva, o atributo de ser isto-e-aquilo é importante, o que não acontece na utilização referencial.

Segundo Lyons (1977) as frases como (A) e (B) são ambíguas na escrita e não o são necessariamente na língua falada.

3.2.4 Referência geral distributiva e coletiva

Lyons (1977), não deixa de comentar sobre a referência distributiva e a coletiva. Para ele, sob este prisma a frase (D) torna-se ambígua.

(D) “ ‘Aqueles livros’ custam cem reais.”

Nessa frase (D), pode-se dizer que ‘aqueles livros’ é interpretado como “cada um daqueles livros.” Neste caso encontra-se o uso distributivo e o coletivo, se se interpreta como “aquele conjunto de livros.” Portanto configura-se a ambigüidade.

Segundo o autor, trata-se talvez de uma indeterminação em outros idiomas, como no português.

3.2.5 Referências indefinidas específicas e não específicas

De acordo com Lyons (1977), as expressões cuja referência é indefinida implicam grandes dificuldades e por isso cita um ou dois enfoques primordiais. Assim, faz a distinção entre sintagma nominal não-definido e sintagma nominal indefinido. Para o autor, um sintagma nominal não-definido é todo aquele que não é definido; já o sintagma nominal indefinido é ou um pronome indefinido ou um sintagma nominal introduzido pelo artigo indefinido. Dessa forma, todo sintagma nominal indefinido é não-definido, mas a recíproca constitui falsidade.

Veja-se o exemplo fornecido pelo autor:

(E) “ Todas as noites às seis horas ‘uma cegonha’ sobrevoa a nossa casa.”

Em (E), o sintagma nominal indefinido ‘uma cegonha’ pode ser interpretado como referência a um indivíduo específico, embora não identificado e se for substituído por outra expressão como:

(F) “ ‘Ela’ fez o ninho na torre da igreja.”

Tem-se que o pronome ‘ela’ em (F) possui a mesma referência – é correferencial – que ‘uma cegonha’ em (E). Portanto em (E) tem-se uma referência indefinida, porém específica.

De acordo com o autor, pode-se ter outras interpretações para (E), como as paráfrases ‘uma determinada cegonha,’ ‘alguma cegonha’, que contêm um pouco de imprecisão. Em relação a essa última interpretação, não há uma referência específica, pois não se configura uma expressão referencial.

Segundo Lyons (1977), freqüentemente não se pode dizer se um sintagma nominal indefinido é ou não usado com referência específica pelo próprio contexto enunciativo.

Nem todas as línguas, possuem recursos como a língua portuguesa de utilizar determinantes com nomes comuns.

Assim o locutor, ao empregar um sintagma nominal indefinido específico ou não, pode dizer mais sobre o referente, e de modo subsequente, ao fazer-lhe a referência através de outros recursos como um sistema nominal definido.

Na instância enunciativa, os interlocutores podem empregar um sintagma nominal indefinido pela primeira vez, acrescido de informações que podem ser usadas em referências posteriores.

Quando isto ocorre, o referente torna-se um ser conhecido e identificável para os interlocutores, o que é feito através de uma expressão referencial definida. Mesmo que a referência não se apresente tão precisa, não há empecilho para que ela se fundamente como bem sucedida. Considere-se o exemplo :

(G) “ Um amigo acaba de me enviar um cartão de Boas-festas.”

O locutor pode referir-se à mesma pessoa “um amigo” por meio da expressão ‘o meu amigo’, mesmo que não tenha em mente uma pessoa específica. Por outro lado, o interlocutor pode referir-se ao mesmo indivíduo pela expressão ‘o teu amigo.’

O autor cita o caso dos sintagmas nominais indefinidos não-específicos que podem ser usados em referências subseqüentes também através dos pronomes de 3ª pessoa como no exemplo:

(H) “João quer casar com ‘uma moça de olhos verdes’ e trazê-la com ele para Portugal”.

Através do exemplo (H), ‘uma moça de olhos verdes’ pode ser interpretado como específico ou não-específico e, em qualquer uma delas, o pronome ‘la’ é uma expressão referencial.

Segundo o autor, “o fato de, em certas circunstâncias, um pronome poder ter um antecedente usado não-referencialmente perturba qualquer teoria da pronominalização que se baseie na noção de correferência.”(1977: 158) Assim o pronome da 2ª oração de (H) se refere a

aquela entidade única, embora hipotética, mas não pode dizer que é co-referencial com essa entidade hipotética, uma vez que esta não é uma expressão, mas um referente, e o sintagma indefinido da 1ª oração, sendo não-específico, não se refere à entidade hipotética que estabelece no universo do discurso.(1977: 159)

3.2.6 Referência genérica

A referência Genérica é uma proposição que diz alguma coisa sobre a classe de uma espécie. Não é marcada quanto ao tempo gramatical, como também é intemporal.

A referência genérica difere da referência geral porque a mesma pode ocorrer de forma livre nos enunciados que contêm proposições e valor temporal.

Considere-se o seguinte conjunto de frases:

(I) “O leão é um animal pacífico.”

(J) “Um leão é um animal pacífico.”

(L) “Os leões são animais pacíficos.”

Cada uma dessas frases pode conter uma proposição genérica, isto é, uma proposição que fala algo, não sobre este ou aquele grupo de leões ou sobre qualquer leão individual, mas acerca da classe de leões.

Segundo Lyons (1977), uma frase como:

(M) “O dinossauro era um animal pacífico.”

à primeira vista, pode ser refutada como referência genérica, pelo fato de o verbo se apresentar no passado. Porém o passado que ocorre em (M) não faz parte da proposição que é expressa quando (M) é empregada para afirmar uma proposição genérica. O passado, em (M), foi empregado porque se crê que os dinossauros desapareceram e não porque as suas propriedades foram modificadas.

Portanto as expressões genéricas não são marcadas também quanto ao aspecto verbal.

Para Lyons (1977), o quadro das proposições genéricas é filosoficamente controverso, como também a noção co-relacionada de referência genérica, enquanto distinta da geral. Assim, a proposição expressa por (I)-(L), que são interpretadas pela mesma proposição genérica, seria formalizada no quadro do cálculo dos predicados como:

$$(x) (Lx \rightarrow Px).$$

Isto é, “para todos os valores de x, se x é um leão, então x é pacífico.” Porém foi observado que fórmulas como a apresentada acima, que são envolvidas por uma quantificação universal, não parecem abranger o significado das proposições genéricas.

Lyons deixa claro que para uma análise lingüística da produção textual discursiva oral ou escrita, é necessária uma compreensão de como a referência se configura no comportamento lingüístico; e que a análise das frases

mediante ao cálculo de proposições ou do cálculo dos predicados não é de maneira alguma simples como possa parecer.

Segundo o autor, cabe aos estudos lingüísticos no que diz respeito à referência, descrever as estruturas gramaticais e os processos gerados pelos sistemas lingüísticos particulares para fazer referência a indivíduos e a grupos de indivíduos e não se preocupar com a referência real das expressões na análise da estrutura gramatical das frases de sistema.

3.3 A visão de Liberato sobre a referência

Segundo Liberato (1997), a natureza da relação entre palavras e o que elas de fato representam é assunto de controvérsia na literatura filosófica e lingüística, pois alguns autores consideram que as palavras representam conceitos, outros dizem que as palavras representam entidades do mundo exterior.

Em Liberato (1997: 21) as duas associações palavra-conceito; palavra-entidade são vistas como aspectos diferentes da língua.

Segundo a autora, “a relação palavra-entidade é a relação entre uma expressão lingüística utilizada em uma determinada situação concreta de fala e o referente que ela representa naquele contexto.” Trata-se da função referencial do SN; relaciona-se, portanto, com o uso da língua. E, “a relação palavra-conceito é parte do nosso conhecimento da língua.”

Isso não quer dizer que essa separação entre uso e conhecimento é indissociável, à medida que o conhecimento, em parte, é construído com base

no uso, e que o uso se edifica no conhecimento. Assim, Liberato postula a relação-entidade como SN referente.

Na perspectiva funcional, a autora propõe que a estruturação do SN é parcialmente condicionada por sua função referencial.

Para ela, o referente “não é identificado na sentença,” pois “as expressões lingüísticas representam um referente quando utilizadas por um determinado falante num determinado contexto situacional,” (Liberato,1997: 37)

Assim, entende-se que uma expressão lingüística empregada numa instância enunciativa que tem um referente está implementada por uma determinada força elocutiva em algum contexto de uso adequado.

Observe-se o exemplo abaixo, empregado pela autora.

(N) “ ‘Charles’ foi fotografado nu.”

Em (N), o referente ‘Charles’ não é um conceito ou uma idéia de Charles, o que se pode afirmar que ‘Charles’ é um indivíduo particular que foi fotografado nu.

A partir da explicação acima, Liberato postula que “referente é uma entidade e não o conceito ou idéia que se tem sobre essa entidade,” (p.45).

De acordo com a autora, nem sempre no contexto enunciativo há um nome próprio para a entidade à qual se quer referir. Nesse caso, pode-se utilizar de outro tipo de expressões lingüísticas — as descrições ou SNs descritivos, conforme se pode observar no exemplo apresentado por Liberato:

(O) “ ‘O marido da minha vizinha do segundo andar’ foi fotografado nu.”

Veja-se que a identificação se faz a partir da expressão ‘O marido de minha vizinha do segundo andar’. Assim se dá a associação de conceitos às palavras como também a construção de um sentido global para o SN e chega-

se à descrição de uma entidade; e, finalmente, encontra-se no contexto a entidade que se encaixa na descrição, ou seja, o referente.

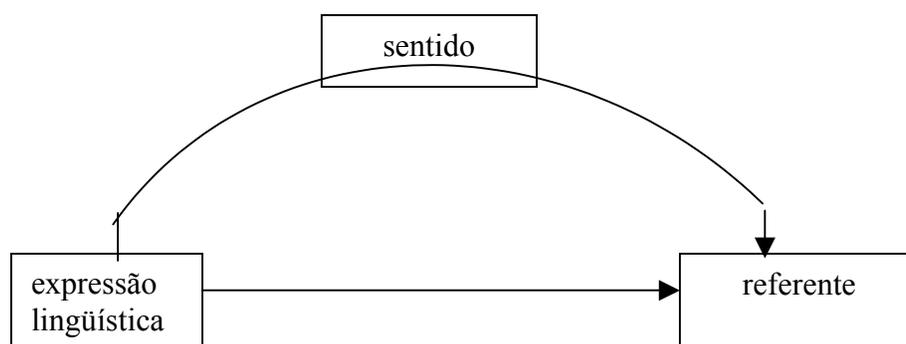
Um SN descritivo também pode incluir o referente em uma classe, que possui outros elementos caracterizáveis pela mesma estratégia.

Assim, uma expressão como ‘Charles’ está direta e exclusivamente relacionada à entidade referida; e em expressões com SNs descritivos, como ‘O marido da minha vizinha do segundo andar’, a identificação do referente passa pelo **sentido** da expressão lingüística. Portanto, há duas estratégias de se identificar um referente. Uma delas é através de um nome próprio e a outra, através de SN descritivo.

Dessa forma, em exemplos como (N), as expressões remetem diretamente ao referente; e em exemplos como o de (O), as expressões remetem indiretamente ao referente, através do seu sentido.

A partir dessas considerações, Liberato postula que há duas possibilidades de relação entre a expressão lingüística e o referente, isto é, uma linha que vai diretamente ao referente e uma outra que passa pelo sentido, conforme o diagrama apresentado pela autora, (Liberato,1997: 50).¹²

Diagrama 1



¹² Em Liberato (1997), o diagrama 1 não recebeu denominação.

Assim, a noção de referente se torna ampliada, isto é, não seria apenas a concepção de entidades para a identificação de referentes, mas a inclusão de dois usos — referencial e atributivo¹³ — e diferenciá-los de um terceiro — o uso predicativo — em que não existiria um referente.

Desse modo, as expressões lingüísticas podem identificar não apenas entidades mas também **funções** ou **papéis**. Vejam-se alguns exemplos arrolados por Liberato.

(P) “ ‘O presidente’ muda a cada sete anos.”

(Q) “ ‘O seu apartamento’ está cada vez maior.”

Observe-se que os exemplos acima podem ter uma interpretação em que os SNs se referem a um único indivíduo.

Segundo Liberato, é possível, de forma pragmática, uma outra interpretação em que os SNs se referem a papéis, que podem ser ocupados por indivíduos em tempos diferentes: em (P), há um novo presidente a cada sete anos; em (Q), você está sempre mudando para uma apartamento maior.

Assim, “não se deve confundir essa última interpretação com a interpretação genérica, porque a entidade que ocupa o **papel** varia de tempos em tempos, mas o **domínio** de um papel pode incluir, além de tempo, também lugar, situação, contexto etc. O papel de presidente, por exemplo, pode ser ocupado por diferentes entidades, ou seja, pode assumir diferentes valores, em países diferentes, em organizações diferentes, etc.”(Liberato, 1997: 60).

¹³ Conforme Liberato (1997), o SN que representa um referente-entidade corresponde ao uso referencial de Donnellan (1971), isto é, há uma entidade particular sobre a qual se afirma alguma coisa. O SN que representa um referente-papel corresponde ao uso atributivo daquele autor, ou seja, não se conhece o referente (hipotético) e a entidade só pode ser identificada se satisfazer a descrição definida.

Portanto, Liberato considera que tanto no uso referencial, como no uso atributivo, há um referente. No uso referencial, tem-se um referente do tipo **entidade**; já no uso atributivo, tem-se um referente do tipo **papel**. Em resumo, há dois tipos de referente: entidades e papéis.

3.4 A perspectiva de referência de Bar-Hillel

Bar-Hillel (1982: 23) vem concordar com Lyons quando diz que “há variações no grau de dependência da referência das expressões lingüísticas em relação ao contexto pragmático de sua produção”. Observem-se os exemplos abaixo:

(R) “O gelo flutua sobre água.”

(S) “Está chovendo.”

(T) “Estou com fome.”

Em relação ao exemplo (R) pode-se dizer que refere-se ao mesmo estado de coisas e todas as ocorrências do tipo (R) serão entendidas pelos locutores como se referindo ao mesmo estado de coisas.

Caso se abstraia do contexto pragmático da produção das inúmeras ocorrências de (R), pode-se dizer que todas as ocorrências de (R) possuem a mesma referência.

Segundo o autor (1982: 25) “toda ocorrência de (R) é verdadeira, uma vez que todas as ocorrências de (R) têm a mesma referência, pode-se dizer que (R) é verdadeira.”

Entretanto, o mesmo não se pode dizer em relação a (S) e a (T).

Conforme Bar-Hillel, a referência em (S) só será captada pelas pessoas que conhecem o lugar e o momento de sua produção. O autor postula que nem

todas as ocorrências de (S) têm a mesma referência, embora algumas possam ter; e que, por isso, não se está autorizado a falar de referência de (S), mesmo como modo de falar.

Para o autor, nem todas as possíveis ocorrências de (S) têm o mesmo valor de verdade.

Bar-Hillel propõe que, para identificar a referência visada em relação a (T), será necessário o conhecimento de seu produtor e do momento em que foi produzida. Pode-se dizer sem risco de erro que não há duas ocorrências que tenham a mesma referência, porque, mesmo que elas sejam produzidas pelo mesmo interlocutor, a sua produção dar-se-á em tempos diferentes.

Como em (S), nem todas possíveis ocorrências de (T) têm os mesmos valores de verdade.

Chega-se, portanto, à conclusão de que as ocorrências nem sempre têm a mesma referência, porque podem ser submetidas às condições de usos variados.

Segundo Bar-Hillel “não se pode dar uma resposta categórica sobre a referência se o contexto pragmático de produção dessa ocorrência não for conhecido”(p.29). E acrescenta: “uma vez que o contexto pragmático é essencial e sua omissão deixa a ocorrência sem referência, tem-se à frente uma relação essencialmente triádica entre ocorrência, contexto e proposição” (p.30).

O autor diz que não é a sentença – ocorrência que se refere a uma proposição –, mas é uma pessoa que faz referência a algo por meio dessa ocorrência.

Portanto é legítimo que se analise ulteriormente o contexto em produtor, receptor, o momento da produção, o lugar da produção etc.

3.5 Conexões cognitivas

Esta seção trata de um dos aspectos voltados para o entendimento do fenômeno discursivo, através dos estudos de Fauconnier & Sweetser (1996) sobre as conexões cognitivas, de modo que se possa buscar pressupostos para a análise da anáfora sem antecedente explícito, vista como uma estratégia discursiva.

As postulações desses autores baseiam-se na interação entre a gramática e a estrutura cognitiva, entre estruturas estabelecidas em espaços mentais, sintaxe e semântica; em outras palavras, procuram estudar o funcionamento da mente na construção do discurso.

Mostram os autores que o discurso existe pela articulação dos espaços mentais, isto é, o discurso emerge pelo processamento das representações que são configuradas por associação nas estruturas cognitivas.

Numa perspectiva da ciência cognitiva, os dados da linguagem revelam aspectos da representação mental de alto nível.

Segundo Fauconnier & Sweetser (1996), a teoria dos espaços mentais evidencia a ampla utilidade em analisar aspectos divergentes entre a linguagem e a estrutura cognitiva.

Para eles, os seres humanos acessam e processam diferentemente informações similares ou idênticas em diferentes contextos.

Assim, se a cognição humana é contextualmente configurada, é importante estabelecer que tipos de efeitos são produzidos por diferentes contextos.

O exame do uso lingüístico é um instrumento poderoso para cada estudo cognitivo. Portanto é importante entender que espécie de conexão entre domínios permite que se use uma palavra ou expressão originada de um

domínio cognitivo como um gatilho para a construção de referência num outro domínio.

Alguns tipos de conexões são importantes para o uso referencial da linguagem como a função pragmática, a metonímia, a metáfora, a analogia, as conexões entre papéis e valores e o entendimento da identificação e a relação de contrapartida.

A função pragmática, por exemplo, permite estabelecer uma conexão entre um domínio e outro. De modo que autores e livros são ligados pela função que associa cada livro com seu autor; ligação entre clientes e seus pedidos; ligação entre a representação e a coisa representada; ligações entre entidades em contextos temporais/ espaciais diferentes; ligações entre visões do mundo; ligação entre mundo representado e sua representação; entre crença e “realidade”, entre parte e todo.

Segundo os autores, as estruturas lingüísticas refletem aspectos do processamento de estruturas cognitivas; nomeiam-se entidades, baseando-se em conexões cognitivas do tipo considerado no parágrafo anterior. Mostram eles que há um princípio de identificação, isto é: uma expressão lingüística descreve uma entidade (o gatilho) que pode ser usada para se acessar (para se referir) uma entidade (o alvo) em outro domínio se, e somente se, o segundo domínio é cognitivamente acessível a partir do primeiro, e se existe uma conexão entre o gatilho e o alvo em questão.

3.5.1 Conexões cognitivas entre papéis e identidades

De acordo com Fauconnier & Sweetser (1996), as estruturas lingüísticas podem nomear ou descrever uma entidade, mas também papéis.

Como a idéia de representação, a idéia dos papéis leva com ela a idéia de múltiplas possibilidades de mapeamento entre um papel e seu instrumento.

Segundo os autores, os papéis não são limitados aos papéis humanos como “a mãe de Sara” ou “o presidente dos Estados Unidos,” cada um dos quais poderia ser ocupado por alguns indivíduos (talvez um indivíduo, como Janet Smith).

Nossas capacidades cognitivas gerais parecem incluir a necessidade de estabelecer *frames* ou compreensões estruturadas da forma como certos aspectos do mundo funcionam.

Estas estruturas permitem fazer o uso máximo dos dados; por exemplo, se alguém está falando sobre um casamento, pode não se referir aos noivos, mas também a vários aspectos, tudo indica que um certo conhecimento de que tais referências serão sucessivamente compreendidas com respeito à compreensão do ouvinte sobre um cenário de um casamento.

Conforme os autores, papéis são criados por suportes sociais ou físicos de experiência, por exemplo, pai, presidente, ou estudante existem de acordo com seu entendimento da estrutura familiar, política ou corporações hierárquicas ou instituições educacionais. Papéis, como indivíduos, podem ter propriedades ou atributos; por exemplo, “O presidente foi o primeiro comandante desde 1776” descreve o comando das forças armadas como um atributo definido legalmente do papel do presidente, não de alguém individual que ocupou aquele papel.

Faz parte da compreensão de papéis o fato de que, certamente, papéis têm apenas um valor a cada tempo, por exemplo, alguém pode ter apenas um marido ou uma esposa no momento. Entretanto, o mesmo indivíduo pode desempenhar múltiplos papéis

Assim, conhecer o papel pode permitir a identificação rápida e fácil de seu único instrumento, enquanto a referência ao instrumento pode demonstrar falhas para identificar o papel.

A estrutura de composições de papéis dá um exemplo relevante da acessibilidade diferencial cognitiva. Isto é refletido lingüisticamente: pode-se dizer ‘O presidente tem olhos azuis’(os olhos pertencem ao indivíduo, não ao papel), enquanto é geralmente mais difícil usar nomes dos indivíduos para referir aos seus papéis.

Segundo os autores, a noção de papel é relativa, isto é, o mesmo elemento com a descrição ‘presidente’ pode ter um valor para o papel ‘Clinton’ e um valor para o maior papel – Chefe de estado – como nos Estados Unidos, o chefe do estado é o presidente.

3.5.2 Identidade e relações de contrapartida

Para Fauconnier & Sweetser (1996), identidade e correferência são aspectos cruciais da semântica; o uso de pronomes pessoais e reflexivos na linguagem natural provou ser um dos mais complexos problemas enfrentados pela análise lingüística, porque eles não parecem ser aspectos formais da estrutura lingüística a qual seguramente vai predizer a escolha lingüística de forma pronominal sobre a outra.

De acordo com eles, nenhuma métrica estrutural poderá predizer a possibilidade de uso de um reflexivo como ‘O artigo foi escrito por Sandy e por mim mesmo’ (Ross, 1970) ou ‘Ele abriu a gaveta e havia uma carta para ele mesmo’(Zrib-Hertz).

Segundo aqueles autores, o falante, no exemplo de Ross, e o (implícito)

observador ou objeto da percepção em Zribi-Hertz são disponíveis para a correferência por meio de pronomes reflexivos, apesar da carência completa (ou colocação sintaticamente inacessível) de antecedentes lingüísticos.

Conforme Fauconnier & Sweetser (1996), há centenas de razões para identificar uma entidade com outra; deve-se acreditar que as duas entidades são o mesmo indivíduo em dois diferentes tempos (com a mesma pessoa com cinco anos, depois com cinquenta e cinco anos), ou que é a representação teatral de outra, ou que uma é a representação fotográfica da outra, e daí por diante, através de uma longa lista de possíveis conexões de espaços mentais.

Afirmam que “identidade” é conceito complexo, dependendo da compreensão da personalidade humana, psicológica e assim por adiante.

A “identidade” é ainda regularmente refletida em contrastes entre as formas lingüísticas.

3.6 A contribuição de Marcuschi sobre a referenciação

Como já foi discutido nas seções anteriores, o processo referencial é um aspecto crucial nas atividades de compreensão textual.

Tanto a fala como a escrita abrangem estratégias particulares para a organização referencial.

Segundo Marcuschi (1998a), numa visão macro, um texto constrói-se e progride embasado em dois processos fundamentais:

- a- a progressão referencial e
- b- a progressão tópica.

De acordo com esse autor, a progressão referencial diz respeito à introdução, identificação, preservação, continuidade e retomada de referentes textuais,

correspondendo às estratégias de designação de referentes e formando o que se pode denominar cadeia referencial. A progressão tópica relaciona-se aos assuntos ou tópicos discursivos tratados ao longo do texto.

Sabe-se que a continuidade referencial contribui para o desenvolvimento de um tópico; a presença de um tópico proporciona tão somente as condições que possibilitam e que preservam a continuidade referencial, porém não a garante.

Segundo Marcuschi (1998 a), o processo de referenciação se estabelece numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento no discurso, de forma que os referentes não são constituídos como entidades apriorísticas, mas como objetos- de- discurso.

Para o autor, há a possibilidade de se designar, por exemplo, no contexto de um tópico 3, um referente desenvolvido no contexto de um tópico 1. A atividade de designação não equivale à atividade de retomada. A designação é uma atividade mais ampla, porque é dependente de um trabalho cognitivo realizado no discurso e não um dado extra- mental.

Para os processos referenciais, os itens lexicais só adquirem significação plena em sua realização textual, excluindo a perspectiva autônoma e essencialista do sistema lingüístico.

Desse modo a referência de itens lexicais a entidades do mundo fenomênico não se acha pronta, é construída no processo de designação na relação co(n)textual.

Segundo Marcuschi (1998 a), a referenciação é um processo realizado no discurso e resultante da construção de referentes; isto é, referir não é uma atividade de “etiquetar” um mundo pré- existente extensionalmente designado,

mas sim uma atividade discursiva na qual os referentes passam a ser objetos-de-discurso.

Conforme o autor, não há pretensão de se negar a existência do mundo extra-mental, porque este continua sendo a base para a atividade designativa, mas não é somente uma experiência estritamente sensorial e especularmente refletida pela linguagem porque é discretizado no processo de designação.

Para Marcuschi (1998 a), a referenciação deve ser percebida como um processo discursivo; e os referentes, como objetos-de-discurso.

3.6.1 As categorias: referir, remeter e retomar

Para um melhor entendimento dessa postulação, o autor distingue três categorias que serão definidas em suas propriedades discursivas. São as seguintes: a- referir, b- remeter, c- retomar; estabelecendo as relações propostas:

- 1- a categoria de retomada implica a remissão e referenciação;
- 2- a remissão implica referenciação, e não necessariamente retomada;
- 3- a referenciação não implica remissão, pontualização nem retomada discursiva.

Assim, “referir” é uma atividade de designação realizável com a língua sem implicar uma relação especular língua-mundo; “remeter” é uma atividade de processamento indicial na co(n)textualidade; e “retomar” é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja numa relação de identidade ou não. Ressalte-se que a continuidade não implica referentes sempre estáveis nem identidades.

Segundo o autor, toda remissão envolve algum tipo de relação semântica, cognitiva, pragmática ou outra qualquer, não necessariamente de correferenciação.

Por isso o processo referencial sob o prisma da remissão não envolve retomada referencial. A retomada configura-se através da continuidade referencial que acarreta certo tipo de relação direta, que pode ser de identidade (correferência), ou não identidade (associação).

A atividade da referência discursiva pode basear-se em várias fontes, de tal maneira que se pode identificá-la como:

- _ ideacional (informativa e de base lexical)
- _ discursiva (informativa e de base cotextual)
- _ interacional (interpessoal de base interativa e cognitiva)
- _ situacional (proveniente de um conjunto de fatores que contribuem para a especificação referencial, sendo pragmaticamente controlada).

3.6.2 Os processos de inferenciação e construção referencial

Na atividade discursiva, os referentes também podem ser inferidos por relações entre os elementos já mencionados através de outros processos, como, por exemplo, o de associação, a qual se denomina inferenciação.

Segundo Marcuschi (1998 a), a referenciação também pode ser construída no processamento de informações variadas, mas sem necessidade de elementos discretos especificáveis. Dessa forma se constroem conjuntos ou classes de fenômenos. A esse processo denomina-se construção referencial.

De acordo com o autor, nem toda a referenciação requer uma lexicalização explícita relativamente aos fenômenos designados. Por outro lado, pode-se especificar lexicalmente situações ou fatos representados numa

porção textual, como no caso de rotulações de atos de fala (ou forças ilocutórias), ou de nominalizações deverbais que condensam enunciados inteiros.

Nessa proposta, a designação é a única que pode apresentar características de retomada correferencial ; a inferenciação pode ser uma remissão, mas jamais em sentido correferencial , e na construção referencial há apenas uma referenciação induzida e sugerida discursivamente sem remissão pontualizada, não há retomada e nem correferenciação.

3.6.3 As relações de recategorização, correferência e co-significação

Para uma noção mais abrangente das relações anafóricas, far-se-á necessário explicitar e observar como esse processo se faz presente nas duas modalidades oral e escrita, de forma que se sugerem as seguintes distinções:

- (a) correferência: remissão que retoma o referente como sendo o mesmo já introduzido (identidades de referentes), processa-se através de retomadas por repetição, sinônimos ou designações alternativas para o mesmo referente;
- (b) recategorização : remissão a um aspecto co(n)textual antecedente que pode ser tanto um item lexical como idéia ou um contexto que opera como espaço informacional (mental) para a inferenciação. Esta remissão pode ou não se caracterizar como uma retomada (parcial), total ou similar que se realiza por processos fundados numa relação em geral específica. Uma característica de todas as remissões referenciais que envolvem recategorização é a não co-significação;

- (c) co- significação: a relação de co-significação realiza-se como uma relação léxico-semântica dos elementos lingüísticos que constituem as relações anafóricas.

Segundo Marcuschi (1998 a), após análise dos três aspectos acima e outros, pode-se chegar a uma sistematização das seguintes relações anafóricas para o processo de referenciação

Quadro 3 - Configuração das relações anafóricas

Relações anafóricas	Esquema categorial
(1) Retomada explícita de antecedente por repetição de item ou construção lingüística com estabilidade/continuidade referencial	(1) + correferência - recategorização + co-significação
(1) Retomada explícita do antecedente por pronome com estabilidade/continuidade referencial	(2) + correferência - recategorização - co-significação
(3) Retomada implícita de antecedente por sinonímia, paráfrase, associação, metonímia com estabilidade/continuidade referencial	(3) + correferência + recategorização - co-significação
(4) Com remissão e retomada implícita de antecedente não pontualizado e com reorientação referencial realizada por dêiticos textuais	(4) - correferência + recategorização - co-significação
(5) Com remissão e retomada implícita de antecedente e reorientação referencial por nominalização/verbo ou hipo/hiperonímia	(5) - correferência + recategorização - co-significação
(6) Com remissão sem retomada de antecedentes e reorientação referencial por rotulações metalingüísticas ou de força ilocutória	(6) - correferência (?) recategorização (?) co-significação
(7) Sem remissão e sem retomada de antecedente, com construção referencial induzida por pronome/nome ou construção nominal	(7) (?) correferência (?) recategorização (?) co-significação

3.7 O modelo da anáfora sem antecedente

A referenciação anafórica sem antecedente explícito não é uma atividade remissiva nem de retomada, pois não existe no contexto enunciativo um antecedente explícito para a presença de uma anáfora.

Segundo Marcuschi (1998b: 6), a importância da análise da anáfora sem antecedente explícito reside no fato de não haver uma explicação no sistema lingüístico. Para que se possa analisá-la, é necessário partir para uma fundamentação cognitiva e pragmática. Assim, o estudo dessas anáforas não se submete às condições impostas pela gramática tradicional e onde são tratadas como agramaticais.

Nesta seção, ver-se-á o modelo postulado por Marcuschi (1998b), no qual se baseia uma das propostas deste trabalho.

Segundo esse autor, as anáforas desse tipo não possuem um nome geral, por isso propõe a expressão “anáfora esquemática.”

3.7.1 Características da anáfora esquemática

De acordo com Marcuschi, muitas são as características da Anáfora Esquemática (AE), porque há aspectos morfossintáticos, semânticos, cognitivos e pragmáticos muito singulares que constituem esse fenômeno

como um caso específico de processamento discursivo estritamente ligado ao contexto enunciativo.

A anáfora sem antecedente explícito não é um uso paradigmático do pronome ‘ele’ e suas variedades átonas.

Para o autor, a análise da AE demonstra muitas características que se delineiam para a maioria dos casos, como as que são apresentadas a seguir:

- a- **As AEs não possuem antecedente explícito no cotexto.** Essas anáforas constroem seus referentes, mas não remetem a eles como se fossem pontualizados. Eles são introduzidos, mas não são nomeados ou mencionados. O acesso provém por ativação memorial e discursiva.
- b- **As AEs não são correferenciais.** Se não há a referência pontualizada e nem retomada de elementos cotextuais, comprova-se sua não- correferencialidade e seu aspecto não-remissivo.
- c- **As AEs não são linearmente continuativas.** É da natureza do papel dessas anáforas não darem continuidade referencial, pois não se referem a algo mencionado previamente, mas explicitam entidades construídas por ativação memorial que envolvem relações retrospectivas e prospectivas, mas não continuativas.
- d- **As AEs não apresentam congruência morfológica com algum elemento cotextual.** Essas AEs não são textualizadas de maneira explícita e são construídas como proposta interpretativa. No que

diz respeito à sua concordância no cotexto, se faz apenas de forma cognitiva e pragmática ou situacional. Essas anáforas dão a impressão de isolamento sintático, devido ao aspecto morfossintático, elas não concordam com nenhuma entidade presente na enunciação.

e- **As AEs são inferenciais.** Essas anáforas são inferenciais, mas não logicamente inferidas porque são interpretadas de forma cognitiva e co(n)textual.

f- **As AEs referem-se a uma pluralidade indeterminada.**

Esse aspecto indica que os referentes construídos pelas AEs não são de caráter existencial nem entidades discretas identificadas de maneira explícita. O processo de identificação é virtual e não concreto. São construídas entidades discursivas, mas não entidades discretizadas. As entidades referidas existem, mas não são designadas nessa condição.

g- **As AEs introduzem elementos novos como dados.** Essa propriedade sugere que as AEs, ao construírem referentes definidos, embora de certo modo indeterminados, estão dando essas entidades como conhecidas. Este processo deve-se à característica singular dessas anáforas de estarem de alguma forma fazendo referência a elementos presentes na memória discursiva ou no contexto cognitivo.

Portanto, são essas as principais características das AEs, as quais sugerem que esse fenômeno é constitutivo da produção textual-discursiva.

Mas há alguns aspectos que devem ser observados nesse tipo de anáfora. Conforme o autor, o pronome está geralmente no plural, na forma masculina, o que indica, por um lado, que não apresenta a restrição morfosintática como nas anáforas correferenciais, mas apresenta restrições na forma (= masculino, plural); essa forma plural possui um traço referencial coletivo, indicando uma “referência indireta.” Esse pronome designa uma pessoa ou ser animado, mas não há qualquer relação com o pronome “nós” ou com a expressão “gente” como plurais genéricos. A AE é um tipo de anáfora que sugere coletividade, porém de indivíduos, mas não de forma genérica como um indefinido.

Para o autor, “um teste de substituição do pronome masculino pelo feminino, ou o plural pelo singular” detectaria a questão da identificação. Nesse caso, não haveria um antecedente, não fornecendo a possibilidade de se realizar a inferência necessária. Entretanto há possibilidade da ocorrência do pronome feminino no singular, como nos exemplos abaixo, apresentados pelo autor:

(U) “ ‘Os alunos da primeira série’ aprenderam as vogais.

‘Ela’ utilizou um método novo para ensiná-los.”

Observa-se em (U) que temos uma ativação mental – *frame* – de uma escola primária, de alunos da primeira série, métodos, de professoras alfabetizadoras, o que nos faz identificar o pronome ‘ela’ como a professora daqueles alunos.

(V) “ ‘Às 4.00 h da madrugada a polícia invadiu o bordel’

e ‘elas’ saíram correndo porta afora.”

Como se pode verificar em (V), através da inferenciação o pronome ‘elas’ possui como referentes o conjunto de prostitutas que estavam no local mencionado.

Contudo, no caso (X) a seguir, não se pode empregar o pronome feminino plural, porque não haveria uma interpretação aceitável, como se pode ver:

(X) “ ‘A equipe médica’ continua analisando o câncer do Governador Mário

Covas. Segundo * elas, o paciente não corre perigo de vida.”

A expressão ‘equipe médica’ representa uma idéia de um grupo de profissionais que são designados pelo gênero masculino, embora a sua constituição possa ser não só de homens como também de mulheres. Essa condição confere ao conjunto referido ser coletivamente representado e não possui características existenciais, isto é, não se trata de operação do tipo “definido.”

Segundo Marcuschi (1998 a,b),o fato de se encontrar seres humanos referenciados pela AE é muito significativo, porque, geralmente, anaforizam-se esses seres com o traço semântico {+ animado} e com raridade entidades com o traço {- animado}. Com relação às anáforas esquemáticas, esse aspecto fica mais evidente pelo tipo de construção que se faz. Entretanto há exemplos de seres e entidades inanimados que são pronominalizados desta maneira.

Observem-se os exemplos abaixo:

(Z) “Adotei um ‘gato’ lingüista porque ‘eles’ (os gatos) rosnam em todas as línguas.”

(K) “Comprei um ‘Toyota’ porque ‘eles’ (os carros T) são robustos e econômicos.”

Em (K), ‘Toyota’ é um referente particular porque é um carro dessa marca. Utilizou-se um pronome no plural e não específico para designar todos os modelos dessa classe. Como se pode perceber, não há antecedentes textuais para o pronome empregado, contudo existe um contexto discursivo próprio para inferir do que se trata referencialmente. Gramaticalmente, não há nenhuma explicação para esse fenômeno, portanto deve-se apelar para o contexto discursivo da enunciação como gerador do processo inferencial interpretativo.

Há ainda outro teste que possibilita averiguar uma propriedade interessante desse tipo de anáfora sem antecedente explícito, que é o de gerar enunciados negativos, conforme mostram os exemplos abaixo:

(W’) “Não comprei um Toyota porque ele é vermelho.”

(W’’) “Não comprei um Toyota porque eles são todos vermelhos.”

De acordo com o autor, a frase (W’) é refutada porque não se pode predicar referencialmente entidades negadas. Entretanto essa condição não serve para (W’’) porque parece que se tem uma predicação atributiva e não referencial. Dessa forma, essa restrição se aplica às subordinadas causais que não admitem predicções co-referenciais de antecedentes negados.

De acordo com Marcuschi, embora os referentes da AE não são inferidos de elementos do tipo N ou Det + N ou N + modificador de modo

explícito, a inferenciação ocorre baseando-se em elementos textuais. Às vezes não se trata de algum elemento lexical particular, mas pode ocorrer uma série de elementos ou até mesmo de uma situação delineada de forma discursiva, o que permite dizer que as AE são um fenômeno da enunciação e não se pode analisá-las baseando-se em teorias vericondicionais.

Portanto, não se trata de um uso definido do pronome, isto que dizer que não há construção de um elemento identificável. A identificação de um elemento pode acontecer quando o pronome ‘ele’ ou ‘ela’ ancora-se em um elemento textual que possibilitará a inferência. Observe-se o exemplo abaixo:

(Y) “ ‘O casal’ discutia aos berros. ‘Ela’ (a mulher) chorava convulsivamente.”

Verifica-se, nesse exemplo (Y), que há um item lexical que abrange um conjunto identificável por duas condições: (a): um casal é formado por dois indivíduos, (b): convencionalmente, de sexos diferentes. Esse quadro permite que se faça uma referenciação discreta. No âmbito geral, há também a referência “virtual”, isto é, há elementos que não são designados quantitativamente como também não são nomeados, como em (AA), abaixo:

(AA) “Ontem à noite estive num ‘concerto’. ‘Eles’ (os músicos) tocavam
9ª Sinfonia.”

Em (AA), ‘eles’ representa o conjunto de músicos, uma vez que em um concerto quem toca são os músicos. Nesse caso, os músicos podem ser homens ou mulheres e não se pode dizer quantos são. O que se transfigura são

propriedades de indeterminação, coletividade e caráter virtual, embora não seja uma identificação puramente genérica como alguém porque são elementos identificáveis. Segundo Marcuschi, o pronome ‘eles’ possui uma característica que faz seus referentes serem ao mesmo tempo indeterminados e determinados porque não são discretizados (contingentes), também não são genéricos, isto é, são identificáveis. Esse tipo de anáfora constitui uma “entidade coletiva especial” porque designa indivíduos virtuais como no exemplo (AA).

Finalmente, há ainda uma última observação que envolve uma das células da identificação referencial. Segundo o autor, para o cálculo referencial e inferenciação nem tudo se deve ao pronome ‘eles’, pois se se excluir o trecho posterior ao pronome ‘eles’, fica impossibilitada a construção do conjunto de entidades referidas pelo pronome. De forma que há mais do que uma relação de um contexto antecedente e um pronome; terá que existir uma conformação interpretativa posterior. Isto quer dizer que não se pode enunciar qualquer coisa no lugar de [...] como se observa nos exemplos a seguir. Obviamente, nem todos os casos de AE se constituem com essa condição, porém uma boa parcela se fundamenta nesse modelo.

Vejam –se os exemplos abaixo para melhor explicitação:

(X) “ ‘A equipe médica’ continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo ‘eles’ (os médicos) o paciente não corre risco de vida.”

(X’) “ ‘A equipe médica’ continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo ‘eles’ [...]”

(Z) “ Adotei um ‘gato’ linguísta porque ‘eles’ (os gatos) rosnam em todas as línguas.”

- (Z') “ Adotei um ‘gato’ lingüista porque ‘eles’ [... ..]”
- (K) “Comprei um ‘Toyota’ porque ‘eles’ (os carros T) são robustos e econômicos.”
- (K') “ Comprei um ‘Toyota’ porque ‘eles’ [... ..]”
- (AA) “Ontem à noite estive num ‘concerto’. ‘Eles’ (os músicos) tocavam a 9ª sinfonia.”
- (AA') “Ontem à noite estive num ‘concerto’. ‘Eles’ [... ..]”

3.7.2 O modelo analítico da anáfora esquemática

O modelo desenvolvido e apresentado por Marcuschi (1998b) explica uma boa parcela do tipo dessas anáforas. Conforme o autor, os outros casos recebem uma adaptação especial consumindo um maior número de operações ou de operações mais adequadas.

Segundo Marcuschi, para a construção do modelo de identificação dos fenômenos constitutivos da AE, além das observações já feitas, existem outras teorias para que esse modelo possa funcionar.

O exemplo (X) será o ponto de partida para que se discuta esse modelo.

(X) “ ‘A equipe médica’ continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo ‘eles’, o paciente não corre risco de vida.

Como já foi dito acima, a AE não é correferencial porque ela se constitui na instância enunciativa. Nesse processo, os elementos referidos não se encontram na cotextualidade, mas emergem de algum ponto presente no cotexto, e não se configuram como as anáforas correferenciais. De forma que se identifica a expressão ‘a equipe médica’ como um **espaço mental gerador** o qual denomina-se **matriz discursiva** que funciona como um foco acionador

da inferência. Segundo Marcuschi, “a relação entre a matriz discursiva e o pronome anafórico não é mesma que entre um antecedente e uma anáfora” (Marcuschi, 1998 b: 11)

Quanto ao pronome ‘eles’, que é o elemento que constrói um referente, funciona como um **referenciador**; em outras palavras, o referenciador constrói entidades referidas. Devido a esse aspecto construtivo desse pronome, há perda da função de anaforizador, assumindo o papel de introdutor ou construtor de referentes.

Há também um outro momento posterior ao referenciador que é muito importante para a construção desse modelo de anáfora, no qual se processa a conformação interpretativa que opera como um **espaço mental identificador**.

Para Marcuschi, a relação entre a matriz discursiva, o referenciador e a matriz conformativa constitui o **quadro de propriedades**. Portanto, essa relação é inferencial, baseia-se em atividades cognitivas, pragmáticas e semânticas, o que permite depreender que é uma relação de espaços mentais mapeados num contínuo de relações (como já foi estudado em outra seção). Assim, não existe uma relação de implicação lógica nem de pressuposição semântica, nem anaforizante-anaforizado.

O quadro de propriedades que funciona como um *frame* ou um espaço mental para representações com a tarefa de dar acesso a referentes está conectado a um conjunto de operações a que se chama de **estratégias de construções de referentes**, que se constituem em vários estágios (semântico, pragmático, situacional, cognitivo) com tarefas variadas. Estas estratégias obedecem às instruções oriundas tanto do sistema lexical como do plano discursivo, de maneira que a administração referencial do pronome não é somente de ordem lexical e nem puramente uma questão pragmática.

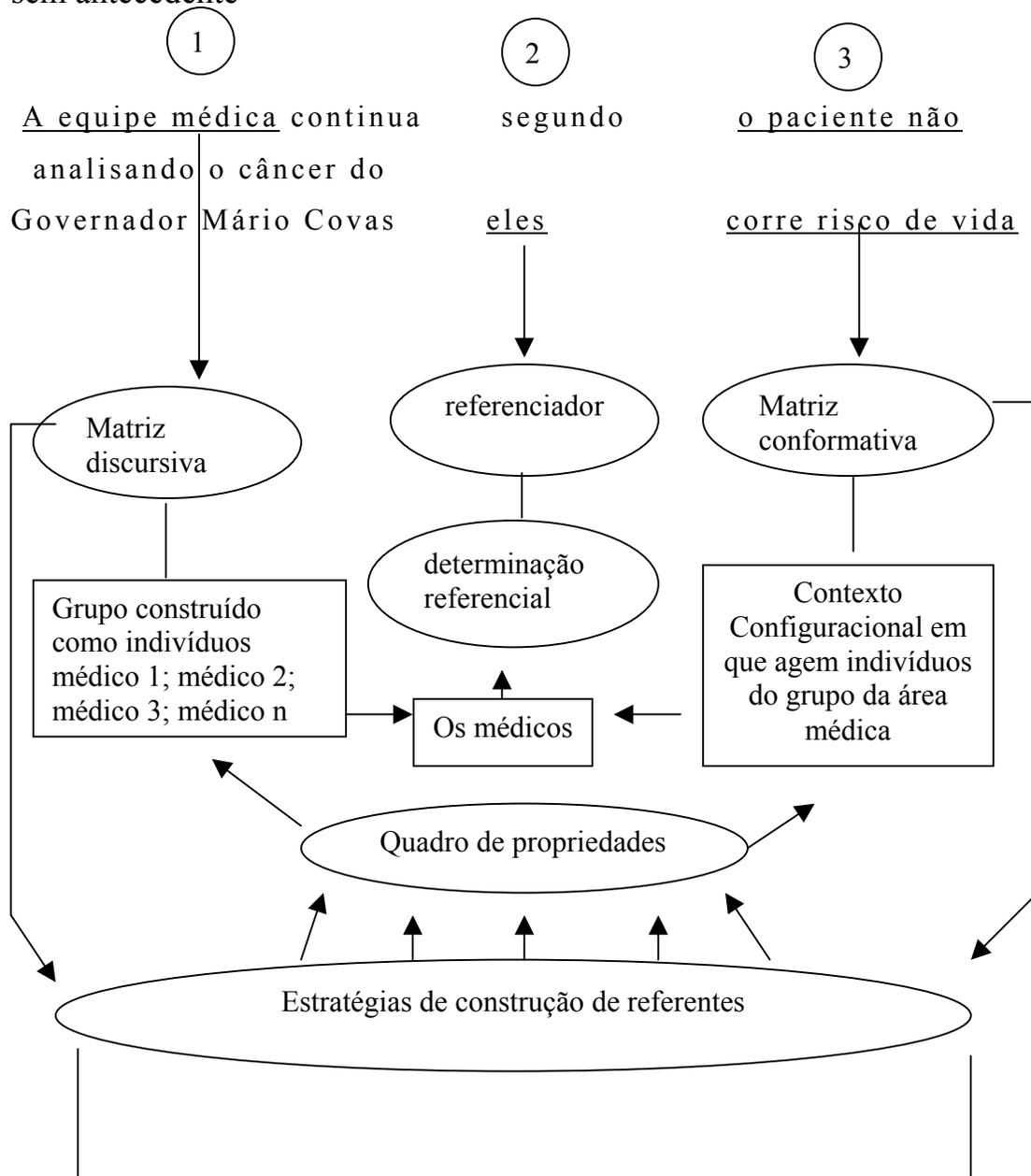
Por último, há um determinado momento em que os referentes são estabelecidos e inferidos. Quanto a esse estágio, pode-se denominá-lo de **determinação referencial**.

Dessa forma, o quadro da anáfora esquemática se estabelece, constituído por: 1- matriz discursiva; 2- referenciador; 3- matriz conformativa; 4- quadro de propriedade; 5- estratégias de construção de referentes; 6- determinação referencial.

É fato evidente nesse modelo os referentes serem determinados de forma indireta na situação discursiva tanto previamente como posterior à localização do pronome.

Veja-se o diagrama abaixo, para que se possa identificar todas as etapas constitutivas do modelo:

Diagrama 2 Operações para a construção do referente da anáfora pronominal sem antecedente



- 1- em relação à matriz discursiva: (a) constrói um espaço mental que produz um quadro de propriedades; (b) identifica e seleciona indivíduos; (c) especifica os indivíduos na relação com o enquadre;
- 2- em relação à matriz conformativa: (a) gera um contexto seletivo para os elementos construídos em 1; (b) seleciona os referentes adequados de 1.;
- 3- em relação à determinação referencial: identifica os referentes apropriados em obediência ao que foi selecionado e sugerido em 1. e 2.

3.8 Considerações finais

O objetivo desse capítulo foi elencar algumas das teorias que versam sobre a referência.

Cada autor aqui arrolado procurou desenvolver a sua noção de referência. Frege, de maneira filosófica; outros como Lyons, Liberato, Fauconnier & Sweetser e Marcuschi buscaram-na através da atividade enunciativa.

Lyons (1977) de modo bastante profundo, demonstra que a referência é um processo complexo e a focaliza sob vários âmbitos. Distinguindo as expressões referenciais que se referem a indivíduos das expressões gerais indefinidas que não se referem a indivíduos ou uma classe em particular, Lyons aponta várias arestas para a evolução dos estudos sobre a referência.

Liberato (1997) amplia a noção de referente em dois sentidos, não só abrangendo entidades como também papéis. Assim os SNs do tipo papel são os que não se referem a uma entidade, mas a uma função, que pode ser ocupada por entidades diferentes.

Fauconnier & Sweetser (1996) desenvolvem a teoria dos espaços mentais, procurando responder uma questão relevante: a de como a mente funciona na construção do discurso. A partir desse questionamento, surgiram teses importantes como a de “entidades” que são estruturas lingüísticas como reflexo dos aspectos do processo cognitivo, como também a de “papéis” que estão vinculados às necessidades sociais e experimentais. Papéis são configurados como propriedades ou atributos, tendo um valor a cada tempo.

Marcuschi (1998 a,b) procura desenvolver o processo referencial como uma complexa relação entre o sistema lingüístico, mundo e pensamento na atividade discursiva. Como conseqüência, levanta-se a questão da anáfora

pronominal sem antecedente explícito, a qual possui uma âncora em determinado ponto do contexto; e, que pela visão tradicional é considerada como agramatical.

As postulações que foram apresentadas nesse capítulo puderam contribuir como fundamentação teórica para a análise apresentada a seguir.

Capítulo 4

ANÁLISE DOS DADOS

4.1 O processo da progressão referencial

A análise a que se propôs teve como parâmetro a progressão referencial, sob uma nova perspectiva, como ampliação do processo anafórico constituído na construção do sentido do e no texto. Como já foi dito em capítulos anteriores, o estudo da progressão referencial não está vinculado com o tratamento gramatical em si, porque a realização de certas estratégias referenciais contraria certos princípios lingüísticos sobre a anaforização, por exemplo, o de que para a seleção ou escolha pronominal teria que existir um antecedente explícito, recuperável lingüisticamente.

Assim, pretende-se averiguar se a construção dessas e de outras estratégias, nos dados de língua escrita examinados, fundamenta-se em dependência de uma ancoragem pela inferenciação, pelo contexto e pistas extralingüísticas (*frames*, conhecimentos prévios e compartilhados entre os interactantes) e de outras relações que se envolveram no fazer textual.

Numa situação de interação, os sujeitos da comunicação querem e desejam ser entendidos. Para eles não importa o desconhecimento ou conhecimento dos paradigmas da linguagem escrita, mas a intenção e a necessidade de quem, em função do outro, precisa fazê-lo, o que de uma certa forma parece provocar uma mudança de atitude dos interlocutores: a de não se preocupar com a estruturação formal, isto é, os interlocutores do texto escrito não estariam envolvidos, intrinsecamente, com o conteúdo formal, mas com a tentativa de um poder interativo da linguagem, o que poderá provocar construções típicas da oralidade nos discursos escritos que serão analisados.

Talvez em decorrência dos motivos acima, possa-se explicar a realização de algumas estratégias.

Para a realização do presente estudo, foram tomadas como base as postulações de Marcuschi (1998 a, 1998b), Koch & Marcuschi(1998), Kleiman (1983), Costa Val (1987e 1998), Costa Val et al (1998), Lyons (1997) e as de outros autores que desenvolveram estudos sobre o referido processo.

É oportuno lembrar que, para Koch & Marcuschi (1998:169), algumas das estratégias de referenciação estão ligadas diretamente à essencialidade do sistema referencial na coesividade e na organização tópica do texto; isto quer dizer que essas estratégias se manifestam através de como os referentes estão sendo introduzidos, conduzidos, retomados, apontados e identificados no texto, proporcionando uma rede de ligações efetuada pelos interlocutores dos textos orais e escritos. Ao mesmo tempo em que o sistema referencial se efetiva com base nessas ligações, também se integra ao sentido que está sendo construído pelos interlocutores. Na verdade, o que se percebe é que tanto o processo referencial quanto a organização tópica se complementam, porque ambos contribuem para a compreensibilidade do texto. Portanto, o processo referencial é importante no que diz respeito à sua funcionalidade, pois a resolução desse processo está comprometida com a própria compreensão textual.

De acordo com Marcuschi (1998a), as estratégias de referenciação se manifestam, de maneira geral, tanto na língua falada quanto na escrita, porém a escrita prima pela lexicalização, com grande variação de termos que se referem a outros; e a fala, pela repetição de termos ou expressões, além de o texto falado construir-se através de uma organização colaborativa com envolvimento interpessoal. Neste trabalho serão discutidas as estratégias de

referenciação somente em sua manifestação no texto escrito, conforme explicitado anteriormente.

4.2 Estratégias de progressão referencial

A progressão referencial no discurso processa-se mediante uma rede de estratégias que vão designar os objetos-de-discurso (referentes) que promovem o encadeamento referencial no próprio texto.

Segundo Koch & Marcuschi (1998:182), algumas dessas estratégias são mais realizáveis na escrita do que na fala por questões de estilo com efeitos especiais. Constituindo, de acordo com Apothéloz & Béguelin, 1995 (*apud* Koch & Marcuschi, 1998), três grandes blocos – aqui denominados **designação anafórica, desconsideração de predicação pela anáfora e homologação dos atributos pela anáfora** – essas estratégias são diferenciadas pelo e no processo discursivo, de forma a proporcionarem elos ou continuadores discursivos.

Pelo fato de haver um bom índice de produtividade da progressão referencial no âmbito da língua escrita, apresenta-se a análise desse processo nos textos narrativos escolares do quarto ciclo do ensino fundamental, com base no modelo proposto por Koch & Marcuschi (1998). Os dados são, portanto, analisados a partir dos três blocos de estratégias acima citados.

4.2.1 A designação anafórica

Nesse primeiro bloco de estratégias, o objeto-de-discurso (referente) sofre uma transformação. A transformação no objeto-de-discurso se processa a partir da sua designação anafórica, ou seja, a sua representação ou sugestão de uma entidade na situação discursiva. Quando esse processo

ocorre, não há nenhuma alteração nos predicados que foram atribuídos ao objeto-de-discurso (referente) anteriormente. Todo esse processo se efetua pela anáfora no momento em que ela é enunciada.

Assim, essa operação, que é de retomada, reflete mais uma operação referencial do que uma retomada do objeto-de-discurso acrescido de atributos pela anáfora. E, conforme explicitado por Koch & Marcuschi (1998), as transformações efetivadas por esse processo anafórico são de três espécies :

- a- recategorização lexical explícita;
- b- recategorização lexical implícita;
- c- modificação da extensão do objeto.

a- A recategorização lexical explícita

A recategorização lexical explícita é aquela em que o objeto-de-discurso recebe uma predicação de atributos; isto quer dizer que o objeto-de-discurso está acrescido de novas informações. Nesse caso, a anáfora, que atua pelo processo de recategorização, retoma esse objeto-de-discurso, empregando-o como o mesmo item lexical com seus atributos, já predicados anteriormente ou, então, através de uma nova expressão lexical, a qual se pode chamar de **item recategorizador**. Assim essa estratégia demonstra que não há diferença alguma entre retomar um (o mesmo item lexical acrescido de predicções modificadoras) ou outro (nova expressão lexical).

Em tese, o que se quer demonstrar é que o importante não é a operação referencial do item, mas o quanto se sabe sobre o objeto-de-discurso em questão. Nessa estratégia, tanto o item recategorizador quanto o mesmo item lexical modificado não interferem na retomada referencial em si, porém atingem o sentido e a orientação do processo, justamente pelo conhecimento e

pelas novas informações que se têm a respeito do referente, como se pode verificar no seguinte enunciado pertencente ao *corpus* examinado:

- (1) Cíntia, menina forte, bonita, delicada corria ‘risco de vida’ ao estar junto de seu próprio amor, mas não imaginava ‘o tamanho de risco,’ que corria.
(NA, I,8, 108, 5- 8)

Através do exemplo acima, nota-se que a expressão lexical ‘risco de vida’ é retomada anaforicamente e, ao mesmo tempo, é acrescida de uma nova informação, isto é, de uma predicação modificadora, ‘o tamanho de’

Observa-se que o objeto-de-discurso ‘risco de vida’ acrescido do termo ‘tamanho de’ orienta o interlocutor para a interpretação de que o ‘risco de vida’ que a personagem Cíntia poderá sofrer não é algo insignificante, mas talvez um fato de dimensões muito perigosas que poderiam custar-lhe a vida.

O que torna essa estratégia interessante não é o aspecto referencial do objeto referido, mas o efeito causado pela nova informação por recategorização lexical explícita do objeto designado (‘risco de vida’→ ‘tamanho de risco’).

Nos exemplos (2) e (3), a seguir, também verifica-se a mesma estratégia:

- (2) Jurandir era ‘um preso’ muito comportado, sendo assim considerado ‘o melhor dos presos’. (NA, III, 7, 41, 2-3)

Nesse exemplo (2), verificam-se duas operações: na primeira há a retomada da expressão lexical ‘um preso’ por anaforização; e na segunda, a predicação atribuída ao objeto-de-discurso ‘o melhor de’ por recategorização explícita. Veja-se que, nesse exemplo, a ênfase do processo se encontra no

fato de uma nova informação, – ‘o melhor de’ – ser acrescida ao referente, proporcionando ao interlocutor as seguintes informações:

(2’) Jurandir é um preso bem comportado.

(2’’) Jurandir é o mais comportado de todos os presos.

Dessa forma, o processo anafórico se configura sem alteração nenhuma pela modificação do referente.

(3) Mas eles estavam enganados era uma cidade perturbada e cheia de ‘bandidos’.

Uma certa noite um dos mais conhecidos dos ‘ladrões’, tentou roubar a maior e mais antiga casa da cidade. (NA, III, 7, 99, 5-12)

Observe-se que, no exemplo (3), a expressão lexical cheia de ‘bandidos’ é retomada anaforicamente por um novo item, dos ‘ladrões’, e, ao mesmo tempo, recategorizada pela predicação modificadora (nova informação) ‘um dos mais conhecidos’. Essa operação presta-se a dar uma explicação, a de que não foi um bandido ou um ladrão qualquer, mas um dos mais conhecidos, que tentou o roubo. Isso acarreta, de certa forma, uma pressuposição de que esse bandido é o mais ousado ou o mais temido pelas pessoas daquela cidade.

Através desses exemplos, tornou-se evidente que a recategorização lexical explícita tem a função de retomada através de um mesmo item lexical com predicções modificadoras ou através de um outro termo, como também a função de explicar, de prestar um esclarecimento, de modo a enfatizar um aspecto importante sobre o objeto-de-discurso sem que afete o processo referencial.

Segundo Koch & Marcuschi (1998:184), a recategorização lexical explícita tem outras funções. Uma dessas funções é a de designação de uma anáfora que retoma um conjunto de fatos. Nesse caso a anáfora introduz uma expressão lexical que irá identificar o objeto-de-discurso (referente) e o retoma por designações vagas que anteriormente teriam sido atribuídas a ele. Essas designações podem ser, por exemplo, as descrições genéricas do referente. Observe-se essa função nos exemplos (4) - (6):

(4) A partir do dia em que comecei a mexer com ‘drogas’. Odeio esta vida, vocês não querem me ajudar. Levamos ele para uma clínica especial para ‘este tipo de coisa’. (NA, I, 7, 122, 15-18)

Em (4), a expressão lexical ‘este tipo de coisa’ retoma de forma explicitamente recategorizada um fato, o qual demonstra uma situação em que vive um menino dependente de drogas. Observe-se que o termo ‘drogas’ é empregado de forma genérica, isto é, não há especificação do ou dos tipos de drogas que o dependente usava. O narrador, ao retomar o objeto-de-discurso ‘drogas’ pela expressão lexical explícita ‘este tipo de coisa’, insere outras informações, como, por exemplo, o tratamento dessa dependência.

(5) Eu gostava mais do meu pai porque mesmo tonto ele não me maltratava ‘o meu tio’ já era diferente. Então quando o meu pai foi embora eu não ia ficar naquela casa com ‘aquela coisa’ me maltratando. (NA, I, 8, 11, 14-18)

No exemplo acima, observe-se que o termo ‘aquela coisa’ retoma por recategorização lexical explícita o referente ‘o meu tio’. Veja-se que o narrador, ao retomá-lo, emprega uma expressão ‘aquela coisa’, modificando o

objeto-de-discurso ‘meu tio’ que tem como um dos traços [+ humano] passando a ser considerado como ‘aquela coisa’ que possui o traço [- humano]. Atente-se para o fato de que, ao ‘coisificar’ o referente, o interlocutor retoma um conjunto de fatos em que há constatação de que as atitudes do tio não eram próprias de um ser provido do caráter humano: O pai do interlocutor bebia, mas tratava-o bem, ao passo que o tio não bebia, isto é, estava em sã consciência de seus atos, no entanto maltratava-o .

No exemplo (5), essa estratégia permite uma transformação no referente, não só em termos de designações vagas, mas até de *status*.

(6) E Jonas virou órfão foi morar com o único tio que morava em Parati. Lá tinha que ‘arrumar o barraco’, ‘lavar roupa’, ‘cosinhar’ e ainda tinha que ‘pedir esmola’. Tinha que fazer ‘todas essas coisas’ porque senão o tio batia muito nele... (NA, I, 7, 72 , 4-10)

Em (6), pode-se observar que a expressão lexical ‘todas essas coisas’ retoma um conjunto de fatos: arrumar o barraco, lavar roupas, cozinhar e pedir esmolas. Assim, ‘todas essas coisas’, que é uma expressão genérica, identifica esses objetos-de-discurso já mencionados.

Uma outra função da recategorização lexical explícita é a designação de um ponto de vista, como se pode verificar nos exemplos (7) - (9):

(7) ‘O menino que foi para a rua’ morreu no tiroteio ‘como um qualquer’ (NA, I, 8, 116, 27-29)

Em (7), o narrador faz uma comparação: ‘O menino que foi para a rua’ morre como ‘um qualquer’. Nesse caso, há uma exposição de um ponto de vista do narrador em relação à ida do menino para a rua, que acarreta perda

de identidade e da individualidade. Assim, a expressão ‘como um qualquer’ adquire uma conotação de uma opinião.

(8) Desde então ‘Pedro’ caiu na marginalização e ficou também conhecido como ‘mais um menino de rua’ . (NA, I, 7, 65, 23-25)

Nesse exemplo (8), a expressão lexical ‘mais um menino de rua’ refere-se ao objeto-de-discurso ‘Pedro’. O narrador, ao empregá-la, expressa seu ponto de vista sobre o fato de Pedro ter caído na marginalidade, o que fez com que ele, Pedro, se tornasse mais um entre tantos outros meninos abandonados.

(9) Mas numa noite esse ‘bandidinho’ e sua turma resolveram mudar de bairro, só que foram assaltar a casa de um policial que por coincidência estava a procura deste ‘ladroezinho’ e sua turma. (NA, III, 7, 64, 19-24)

No trecho exemplificado em (9), observa-se o emprego do termo ‘ladroezinho’ em referência ao objeto-de-discurso ‘bandidinho’. Veja-se que a repetição do sufixo “inho”, que encerra a idéia de diminuição, denota o desprezo do narrador, isto é, o ponto de vista em relação às atitudes do ser focalizado como referente.

Viu-se, portanto, que nos três exemplos (7), (8) e (9) foi empregada a estratégia da recategorização anafórica em função de ponto de vista dos interlocutores em relação aos objetos-de-discurso referidos.

Como já foi dito anteriormente, a designação anafórica se constitui de três maneiras. A primeira é a recategorização lexical explícita, em que o objeto-de- discurso é retomado de forma explícita sem acarretar

pressuposições ou inferências da parte dos interlocutores. A segunda – que que implicará maior acuidade para o entendimento da referência – é a recategorização lexical implícita, que será discutida a seguir.

b- A recategorização lexical implícita

A segunda transformação operada pela anáfora é a recategorização lexical implícita que se realiza por meio de um pronome anafórico que faz remissão a um objeto-de-discurso, que será retomado, porém, com modificação de algum aspecto.

Segundo Koch & Marcuschi (1998: 185), essa estratégia pode exercer diversos papéis. Um deles é a redução de uma ambigüidade referencial em que podem figurar dois candidatos possíveis, de um mesmo gênero gramatical, para uma anáfora pronominal. Nesse caso o interlocutor, para estabelecer uma relação de referência entre a anáfora e os possíveis referentes, deverá recorrer ao contexto discursivo. Assim o interlocutor, munido de informações desse contexto, poderá decidir qual dos nomes antecedentes desse pronome é o referente. Veja-se que essa operação é ancorada pelas informações vinculadas no momento anterior à designação do pronome, como ilustram os exemplos (10) e (11) abaixo:

(10) ... e o professor contou que o menino não estava fazendo a tarefa então o tio foi embora chegou lá ‘ele’ pegou uma vara de de espinhos e machucou ‘ele’ todo. (NA, I, 8, 93,9-12)

Observa-se que, em (10), há duas ocorrências do pronome ‘ele’. A primeira, sem muito esforço, pode-se dizer que se refere ao item lexical ‘tio’. Já a segunda ocorrência traz a possibilidade de dois candidatos potenciais – ‘o

menino’ e ‘o tio desse menino’ – como objetos-de-discurso a serem retomados. Através das representações geradas no contexto discursivo, processa-se a interpretação referencial, de forma a permitir que a anáfora destacada se refira ao termo ‘o menino’.

(11) Meu tio tinha um carro velho, mas daqueles que cai os pedaços....

... Saiu bem cedo...

... e de repente atravessa um menino na frente, correndo atrás da bola. Ele juntou o pé no freio ..., ele virou de uma vez e bateu o carro no poste e todo mundo ajuntou perto do carro e falaram, ele é um herói.

Salvou meu filho, olharam se ‘ele’ tinha machucado, ele só quebrou a perna... (NE, 8, 86, 1-20)

Atente-se para o exemplo acima, em que o trecho onde a anáfora está destacada traz uma ambigüidade em relação ao referente desse pronome. Poder-se-ia perguntar: “quem havia se machucado, o menino ou o motorista?” Os itens lexicais possuem o mesmo gênero gramatical, como recuperar o referente adequado ao pronome?

A identificação do referente (objeto-de-discurso) só é possível à medida que se procuram outras informações na situação discursiva. Veja-se que o pronome ‘ele’ se refere ao ‘motorista’, já que o contexto anterior ao pronome remete às seguintes informações: o motorista, ao evitar o atropelamento do menino, chocou-se com o poste. Nesse caso, provavelmente, o motorista é quem teria se machucado. A partir dessas informações pôde-se selecionar o objeto-de- discurso adequado ao pronome.

Assim, a recategorização lexical implícita é uma estratégia em que a referenciação se faz através da ativação de informações processadas na mente

dos interlocutores. Essas informações podem estar contidas na situação discursiva anterior à designação do pronome como podem também se processar por associações.¹⁴

c- A recategorização com modificação da extensão do objeto

De acordo com Koch & Marcuschi (1998:185), a terceira transformação efetuada pela anáfora é a recategorização com modificação da extensão do objeto ou do seu estatuto lógico. Essa transformação nem sempre implica uma recategorização lexical, mas outra como a formal. Mostram aqueles autores que essa operação é muito empregada no âmbito da fala. No entanto, houve a identificação do emprego dessa estratégia nos textos do *corpus* aqui analisado, como evidencia o exemplo a seguir:

- (12) Lá por uma cidadezinha pacata e distante do mundo, havia um povo que era feliz com que o tinham, mas pra falar a verdade ‘eles’ não tinham nada. (NA, III, 8, 42, 2-4)

Em (12), observe-se que o pronome ‘eles’ se refere ao item lexical ‘povo’. Embora o objeto-de-discurso ‘povo’ indique uma coletividade, seu estatuto gramatical é uma forma do singular. Como o pronome ‘eles’, que indica uma pluralidade, pode retomar um item lexical no singular? Veja-se que a referenciação é um processo construído e negociado na situação

¹⁴ Uma outra função da recategorização lexical implícita, segundo Koch & Marcuschi (1998: 185), é a sugestão de uma conotação particular que tem por finalidade emitir uma opinião sobre um referente, o qual, ao ser retomado, sofre uma mudança de gênero do pronome, como no exemplo dados pelos autores.

“Capitão: Este é o preparado que todos devem tomar contra vermes.

Soldado: Mas ‘ela’ é intragável.”

Observa-se que o soldado, ao referir-se ao preparado, emprega o pronome ‘ela’, de forma particular, associando cognitivamente a uma mistura de gosto ruim. Essa função apontada por esses autores não foi detectada nos dados desta pesquisa.

discursiva. Em virtude disso, o pronome ‘eles’ constrói um domínio referencial do item lexical ‘povo’. Em outras palavras, a anáfora pronominal está ligada ao item lexical ‘povo’ por operações efetuadas nos planos cognitivo, lexical e pragmático.¹⁵

Assim, no exemplo (12), tem-se a recategorização com modificação de seu estatuto lingüístico.

Uma outra função da modificação de extensão do objeto é o abandono de determinações. É uma operação em que o objeto-de-discurso é retomado por um pronome demonstrativo. Esses pronomes podem ter referentes fora do texto (exofóricos) e dentro do texto (endofóricos). As relações anafóricas podem ocorrer explícita ou implicitamente. O referente (objeto-de-discurso) é um item nominal particular ou um termo estendido, quando se referem ao contexto anterior ao pronome, ou a fragmentos oracionais, isto é, um fato ou um conjunto de fatos. Na função descrita acima, os pronomes deixam de ser categorizados como determinantes no sentido dêitico. Nesse caso ocorre o abandono de determinações. Os textos (13) e (14) exemplificam essa estratégia:

(13) Infelizmente, existe no Brasil atualmente, um Graveto em cada esquina, em cada beco. Sofrendo com o descaso de governantes e da sociedade. Até quando ‘isso’ vai durar? Sabe-se lá...”

(NA, I, 7, 4, 34-38)

No exemplo (13), o pronome demonstrativo ‘isso’ estabelece uma relação anafórica. O objeto-de-discurso é um fato ou um conjunto de fatos: no Brasil, há meninos abandonados; há descaso do governo e da sociedade. Veja-se que o pronome não se refere a uma entidade particular e nem aponta para

¹⁵ Esse tipo de estratégia será estudado com maior detalhe na seção 4.3.

um referente fora do texto. Dessa forma, o pronome ‘isso’ não é um determinante; desempenha, nesse exemplo, o papel de anáfora.

- (14) Daí em diante roubava para cheirar e só pensava ‘nisso’ foi ficando revoltado e não conseguia mais parar com ‘isso’.
(NA, I, 8, 126, 17- 19)

Nesse exemplo (14), há o abandono de determinações quanto ao emprego dos dois pronomes demonstrativos ‘nisso’ e ‘isso’, pois ambos estabelecem relações anafóricas. O primeiro refere-se ao fato de ‘só pensar em cheirar’ e o segundo retoma um conjunto de fatos.

Veja-se que, nesse exemplo, os objetos-de-discurso (referentes) são um item estendido, referindo-se ao texto, ou melhor, a uma porção do texto.

Observe-se, em (15), mais um caso de abandono de determinações:

- (15) Ele não precisaria roubar para ter uma vida melhor, somente através do estudo, Hugo teria conseguido ser melhor. Uma situação como ‘essa’ não precisa resolver a base de violência.
(NA, I, 7, 104, 8-11)

Em (15), o pronome demonstrativo ‘essa’ estabelece uma relação de referência, quando retoma um conjunto de fatos: ‘Ele não precisaria roubar para ter uma vida melhor, somente através do estudo, Hugo teria conseguido ser melhor’. Observe-se que o objeto-de-discurso se encontra estendido, isto é, não é um item lexical, mas um conjunto de fatos. Veja-se que o pronome abandona seu papel de determinante.

Um outro caso de recategorização com modificação do objeto é o da passagem a um nível metalingüístico. Trata-se de uma passagem que vai do

“uso” de uma expressão para sua “menção”, isto é, o interlocutor emprega uma expressão que não designa adequadamente a idéia a ser transmitida, ou seja, o conceito de uma determinada coisa. O uso de tal expressão não é aleatório, embora não seja o mais adequado; assemelha-se em algum aspecto com a idéia desenhada pelo interlocutor. Essa estratégia, muitas vezes, é utilizada para ironizar alguma coisa ou algum fato. Portanto, a passagem a um nível metalingüístico se presta mais a comentar um fato do que propriamente retomar referencialmente; daí seu caráter metalingüístico, como se observa no exemplo seguinte:

- (16) Ele parecia que não foi bem vindo a este mundo, logo que nasceu, sua mãe morreu no parto, ao passar dois anos seu pai também veio a falecer. Foi morar com seu tio na favela. Lá conheceu vários ‘tipos de crime’ ladrões, seqüestradores e muito mais, foi assim que terminou nas ruas, conheceu ‘o crime’ e passou a roubar. (NA, I, 8, 107, 2-8).

Como se pode observar em (16), o caráter metalingüístico acha-se no emprego dos termos ‘tipos de crime’, que não está designando a idéia sugerida no texto: ladrões, seqüestradores e muito mais. A repetição do termo ‘crime’ sugere a mesma significação. Veja-se que o interlocutor tem como objetivo comentar o fato, além de mencioná-lo novamente.

Essa mesma função – a passagem a um nível metalingüístico – pode ser também observada nos exemplos (17) e (18) a seguir:

- (17) E a turma de Pedrinho trocou tudo que tinha por drogas. Foram para seu esconderijo como diziam eles. Chegando lá uns malandros tinham armado uma emboscada. Os menores

chegaram e eles começaram a atirar e foi matando um por um.
Eles mataram todos inclusive Pedrinho, mataram só para roubar
suas drogas e pegar seus ‘cargos’ de ladrões”.

(NA, I, 7, 26, 23- 33)

No caso acima, há um emprego curioso do termo ‘cargos’ que retoma a idéia de que Pedrinho e sua turma exerciam uma função ou tinham uma ocupação: a de ladrões. Observe-se que na situação discursiva há outras pistas como o uso dos termos ‘esconderijo’, ‘drogas’, reforçando essa idéia. Veja-se que há a passagem que vai do uso de uma expressão para sua menção, em que o item lexical ‘cargos’ significa um conjunto de atividades fora do padrão moral da sociedade, isto é, ilícitas, configurando o caráter metalingüístico.

- (18) Na guerra participaram dois estados: Pernambuco e São Paulo.
‘Os dois estados’ marcaram a data para o dia 13 de março de 1961
dizendo que quem perdesse prenderia a princesa do estado
perdedor... São Paulo agradeceu ao príncipe e caçador foi-se
embora para casa. (NA, II, 7,3, 5-9/25)

No exemplo (18), encontra-se o emprego da expressão ‘Os dois estados’, que não designa a idéia sugerida, uma vez que não são os dois estados que marcaram a data, mas o povo ou os governos desses estados. Atente-se para o desenrolar da narrativa em que se vai modificando a extensão do objeto-de- discurso pelo emprego dos verbos como: ‘dizendo’, ‘agradeceu’, etc; de modo que se tem um comentário sobre os objetos-de-discurso, decorrendo daí a metalinguagem: uso de expressão para a sua menção.

Segundo Koch & Marcuschi (1998), uma estratégia interessante da modificação da extensão do objeto é a fragmentação do objeto-de-discurso.

Essa fragmentação consiste na realização de operações que não atuam de forma exclusiva sobre a extensão e o estatuto lógico do item lexical. Em outras palavras, os objetos-de-discurso são retomados por outros itens lexicais de igual significado ou são desmembrados em vários outros ou em situações que tendem a explicá-los, como se fossem um aposto na gramática tradicional. Dessa forma, os referentes são recategorizados, fragmentados e selecionados. Observe-se a fragmentação no exemplo abaixo:

- (19) ...ele passava muitas ‘dificuldades’: ‘não tomava banho’, ‘dormia no chão’, ‘tinha dias que ele não comia’. (NA, I, 7, 121, 6-8)

Em (19), a fragmentação de um objeto-de-discurso – ‘dificuldades’ – processa-se através do desmembramento em unidades designadas e, ao mesmo tempo, há seleção dos tipos de dificuldades que a personagem enfrentava como: ‘não tomar banho’, ‘dormir no chão’, etc.

Veja-se outro exemplo:

- (20) Aqui no meu bairro tem 3 meninos que tem ‘esse nome’, ‘é o moleque do picolé’ que mora naquele barraco ali tem ‘o moleque do sapato’ que mora em frente o ribeirão e ‘eu’.
(NA, I, 8, 11,5- 8)

Nesse exemplo, o objeto-de-discurso ‘esse nome’ está fragmentado em: ‘é o moleque do picolé que mora naquele barraco’; ‘ali tem o moleque do

sapato que mora em frente o ribeirão’; e ‘eu’. Ao se desmembrar o objeto-de-discurso, também se selecionam informações com a finalidade de ajudar a compreensão do objeto referido.

A mesma estratégia pode ser observada em (21):

- (21) Simone a orfã que morava com sua tia, estava dando muito ‘trabalho como: ‘fumava’, ‘bebia’ e ‘saía muito’.
(NA, I, 8, 117, 3-4)

Em (21), tem-se o objeto-de-discurso ‘trabalho’, fragmentado nos elementos: ‘fumava’, ‘bebia’ e ‘saía muito’, isto é, desmembra-se o objeto em unidades, as quais alargam a extensão desse objeto, selecionando elementos que visam a uma melhor compreensão do objeto-de-discurso.

4.2.2 A desconsideração da predicação pela anáfora

O segundo conjunto de estratégias são os elementos anafóricos que não consideram os atributos anteriormente predicados de um objeto-de-discurso (referente) e o retomam no estágio inicial. Não há a recategorização. Essa estratégia é comum na escrita e na fala. É a designação da anáfora em sentido estrito do termo, isto é, em sentido tradicional.

Uma de suas características é retomar o antecedente sem levar em conta os atributos predicados em um momento anterior, parcial ou totalmente a ele. Os exemplos abaixo ilustram essa estratégia:

- (22) Seu tio acha que ‘Antônio’ é um ótimo menino, mas na verdade ‘ele’ é um pivete. Todos os dias, ‘ele’ saía para a rua e lá assaltando ganhava parte do roubo. (NA, I, 8, 137, 14-20)

Como se pode observar em (22), há duas ocorrências do pronome ‘ele’. Em ambos os casos, os pronomes retomam o antecedente, objeto-de-discurso ‘Antônio’. É a designação da anáfora em sentido estrito, isto é, o caso típico de referência anafórica. Veja-se que os atributos predicados ao objeto-de-discurso não são considerados.

- (23) A ‘bruxa’ Márcia era muito má, adorava fazer maldades com os animais da floresta encantada, inclusive uma vez ‘ela’ transformou um coelho em um grande e horrível dragão. (NA, II, 7, 61, 6-9)

No exemplo (23), a anáfora ‘ela’ retoma o antecedente ‘bruxa’ em seu estado inicial, isto é, em sentido estrito do termo. Embora o objeto-de-discurso ‘bruxa’ esteja acrescido de atributos, não são considerados no momento da designação do pronome.

- (24) ‘Armando’ não estudava e não trabalhava, ficava o dia inteiro com umas novas amizades que ‘ele’ fez”. (NA, I, 8, 34, 18-22)

Tem-se, em (24), mais um exemplo da anáfora em seu sentido estrito, em que o pronome ‘ele’ retoma o antecedente ‘Armando’. Observe-se que o objeto-de-discurso está acrescido de novas predicções, entretanto a anáfora não leva isso em conta, preservando o antecedente em estado inicial.

Pode-se dizer que tanto as estratégias do primeiro conjunto – transformações operadas pela anáfora – quanto as do segundo – desconsideração da predicção – poderiam formar um bloco coeso, porque ambas atuam da mesma maneira, embora a primeira se efetua por pronomes e outros itens lexicais e a segunda exclusivamente por pronomes de 3ª pessoa.

4.2.3 A homologação do predicado pela anáfora

No terceiro conjunto de estratégias operam as anáforas que, no decorrer do discurso, vão incorporando as transformações que o objeto-de-discurso vai recebendo à medida que a situação discursiva vai se desenrolando. Desse modo, o elemento anafórico absorve todas essas modificações através de um único item lexical.

Essa operação pode ser demonstrada no exemplo (25):

- (25) Sem emprego e com fome, ‘Alex’ começou a roubar para sobreviver. Começou com uma bala depois um trocadinho e assim por diante, até que virou um verdadeiro ‘ladrão’ de bolsas e até usar drogas. (NA, I, 8, 118, 20 -22)

No exemplo acima, o objeto-de-discurso ‘Alex’ recebe uma série de atributos ou predicções como: ‘começou a roubar para sobreviver’, ‘começou com uma bala, depois um trocadinho e assim por diante’. Observe-se que essas modificações são incorporadas pela designação do elemento anafórico, através do item lexical ‘ladrão’. Quando o item lexical retoma o objeto-de-discurso, incorporado desses atributos, tem - se o processo da homologação de atributos ou predicados pela anáfora.

A mesma análise pode ser atribuída aos exemplos (26) - (28) a seguir:

- (26) ‘Tatiana’ teve que abandonar o morro (...) Foi então, morar na rua, e seu nome não era mais Tatiana e sim ‘menor de rua’.
(NA, I, 7, 29, 15-17)

Observe-se que, no exemplo (26), o objeto-de-discurso ‘Tatiana’ sofreu várias modificações como: teve que abandonar o morro, foi morar na rua , seu nome não era mais Tatiana. Veja-se que o item lexical ‘menor de rua’, que retoma o objeto-de-discurso ‘Tatiana’, incorpora toda a série de elementos, isto é , homologa todas as predicções atribuídas explicitamente ao objeto-de-discurso.

- (27) Com muito medo Joanhina lhe entregou a cesta cheia de comida. Ele comeu tudo e vai quando ele estava se deliciando, o ‘caçador’ chegou tremendo e começou a dar tiros para cima, mas não acertou um se quer ele é mesmo ‘um atrapalhado’.
- (NA, II, 8, 72, 18-24)

Em (27), o item lexical ‘um atrapalhado’ refere-se ao objeto-de-discurso ‘caçador’. A anáfora que é representada pelo item lexical ‘atrapalhado’ absorve todas as predicções que o objeto-de-discurso foi recebendo no desenrolar da narrativa, como: ‘chegou tremendo’, ‘começou a dar tiros para cima, mas não acertou um se quer’. Nesse caso, foi patente a homologação de atributos pela anáfora representada por um item lexical.

- (28) O ‘tio’ preso cinco anos por assassinato, vive ao prazer das drogas. Agora, o que Leandro mais quer , é fugir das garras daquele ‘monstro’. (NA, I, 7, 102, 16-18)

Em (28), encontra-se mais um exemplo dessa estratégia. Observe-se que a anáfora através do item lexical ‘monstro’ faz referência ao objeto-de-discurso ‘tio’. O referente vai, assim, sofrendo modificações no discurso, como: ‘preso cinco anos por assassinato’, ‘vive ao prazer das drogas’. E ainda

há a sugestão da dominação do tio em relação a Leandro. Veja-se que a anáfora ‘monstro’, aqui empregada, homologa todos esses atributos do objeto-de-discurso.

Pode-se dizer, do que foi estudado nessas seções, que há três grandes conjuntos de estratégias que foram detectadas nos textos narrativos escritos. Essas estratégias focalizaram o comportamento dos elementos anafóricos em relação aos objetos-de-discurso. Observou-se que os objetos-de-discurso vão sofrendo transformações de acordo com a necessidade que os interlocutores têm de explicar os fatos narrados. Do mesmo modo, as anáforas participam dessas mudanças, ora desprezando-as, ora incorporando-as, dinamizando o processo textual. Isso permite dizer que as estratégias anafóricas não se submetem necessariamente aos fenômenos gramaticais, mas ao processo discursivo. De forma que a atividade lingüística é implementada por uma diversidade de fenômenos. No rol desses fenômenos, encontra-se o da progressão referencial que propicia a economia e a dinamização lingüística, a qual tem por metas a interlocução discursiva textual.

4.3 A anáfora sem antecedente explícito (esquemática) nos textos narrativos escritos

Nesta seção, focalizar-se-á o estudo da anáfora sem antecedente explícito. Trata-se de se observar o emprego do pronome de 3ª pessoa que retoma um antecedente que não se encontra explícito na superfície textual. Esta situação de referencialidade ou de referenciação vem romper com a ordem canônica da designação anafórica, isto é, desvincula-se da situação típica, a de que para toda anáfora deve haver um antecedente explícito no cotexto. Isso quer dizer que o funcionamento anafórico é ampliado e foge da concepção tradicional e restrita desse processo.

Segundo Koch & Marcuschi (1998), o emprego das anáforas desse tipo é muito freqüente na língua falada, mas ocorre também na escrita de caráter informal. Embora os textos narrativos escritos aqui analisados sejam considerados formais, a maioria deles apresentou um alto grau de informalidade, o que proporcionou observar a incidência desse mecanismo no *corpus* da presente análise.

De acordo com Marcuschi (1998b), o estudo desse tipo de anáfora é muito importante porque não se encontra uma explicação no nível do código e, ao mesmo tempo, necessita de uma fundamentação teórica de ordem cognitiva e pragmática. Isso quer dizer que seu processamento baseia-se em uma série de referências como inferências, *frames* e pistas contextuais e extralingüísticas.

Ainda segundo esse autor, tal tipo de anáfora não se subordina às condições de verdade dos enunciados e é considerada como agramatical pela visão tradicional.

Na seção 3.7, do capítulo 3, dessa dissertação, foi visto que Marcuschi (1998 b) propõe a designação desse fenômeno como “Anáfora Esquemática”. Para um melhor entendimento do funcionamento da anáfora esquemática (anáfora sem antecedente explícito) retomam-se aqui algumas explicações em relação aos seus elementos constituintes. Assim sendo,

1-) **a matriz discursiva** é a informação que se processa antes da designação da anáfora; tem por objetivo construir um conjunto de propriedades que permitirá a identificação e seleção dos possíveis referentes da anáfora e, ao mesmo tempo, sugere que esses referentes sejam adequados para a situação discursiva presente;

2-) a **matriz conformativa** é a informação posterior à designação do pronome, são as ações que possivelmente determinarão seus agentes, ou seja, os referentes (objetos-de-discurso) que se adaptam ao contexto discursivo;

3-) a **determinação referencial** é o contexto em que se torna possível a identificação do objeto-de-discurso (referente), através das informações oriundas das matrizes discursiva e conformativa em relação ao **referenciador** (pronome).

Assim, os três elementos – matriz discursiva, referenciador e matriz conformativa – formam o quadro de propriedades da anáfora esquemática. Esse quadro de propriedades se subordina às estratégias de construção de referentes que se elaboram nos níveis semântico, pragmático, situacional e cognitivo.

A partir da configuração acima se estabelecem e se inferem os objetos-de-discurso. Esse momento é denominado de **determinação referencial**.

Naquele capítulo também estão delineadas as seguintes características da anáfora sem antecedente explícito:

- a-) não possui um antecedente explícito;
- b-) não é correferencial;
- c-) não é linearmente continuativa;
- d-) não apresenta congruência morfológica;
- e-) é inferencial, porém não é inferida de forma indutiva (observacional) e dedutiva (explanatória);
- f-) refere-se a uma pluralidade indeterminada;
- g-) introduz elementos novos como dados.

A partir dessas postulações, poder-se-ão analisar os aspectos característicos da anáfora esquemática no *corpus* aqui analisado.

Vejam-se alguns exemplos recolhidos:

(29) Ela foi para o hospital quase morta. Quando chegou no ‘hospital’, ela tinha morrido. ‘Eles’ preocupados colocaram um negócio que dá choque no peito dela. (NE, 7, 74, 6- 8)

Em (29), há o emprego do pronome ‘eles’ que, de acordo com Marcuschi (1998b), é um pronome polivalente, pois seus referentes ao mesmo tempo são indeterminados, pois se trata de uma entidade coletiva de tipo especial que designa indivíduos virtuais (não atuais); e determinados, porque são recuperados indiretamente.

Assim, o pronome ‘eles’, nesse exemplo, não é correferencial, isto é, não recupera de maneira explícita um antecedente, uma vez que não há um antecedente congruente em gênero e número com o pronome.

Observe-se que não existe uma cadeia referencial entre o pronome ‘ele’ e o antecedente. Entretanto, há um contexto discursivo que permite inferir o referente que sugere o pronome ‘ele’. Isso quer dizer que há um elemento referido em algum ponto presente no contexto. Portanto, identifica-se a expressão ‘hospital’ como um foco ativador da inferência, um espaço mental a que se denomina de **matriz discursiva**. Note-se que a relação entre a matriz discursiva e anáfora pronominal não é peculiar como a noção típica da referencialidade.

O pronome ‘eles’ que, nesse modelo, exerce a função de construtor de referentes ou objetos-de-discurso é denominado de **referenciador**, perdendo sua condição básica: a de um conector entre duas unidades A e B, pois não há remissão ou retomada, mas há a função de construtor ou introdutor de referentes.

Um outro ponto importante para a interpretação desse modelo é o contexto posterior ao pronome: “preocupados colocaram um negócio que dá

choque no peito dela” em que se dá a consumação interpretativa que opera como um espaço mental identificador, denominado como **matriz conformativa**.

A análise desse tipo de anáfora (esquemática) envolve três elementos básicos para a construção referencial. Esses elementos formam o quadro de propriedades que funciona como um *frame* ou pela articulação de espaços mentais, isto é, as representações que são configuradas por associação nas estruturas cognitivas (na mente humana) que ativam os referentes ou objetos-de-discurso.

Esse quadro está subordinado a um conjunto de operações: estratégias de construções de referentes que se estabelecem em vários níveis (semântico, pragmático, situacional, cognitivo) e com várias finalidades.

Quando os referentes são estabelecidos e inferidos, processa-se o que é denominado **determinação referencial**.

A partir das considerações acima, pode-se chegar à seguinte interpretação: o pronome ‘ele’ (**referenciador**) constrói um referente que pode ter como representação: ‘uma equipe de médicos (as) e/ ou enfermeiros (as)’. Para que esse referente seja construído e determinado dependerá da **matriz discursiva**: ‘Quando chegou no ‘hospital’, ela tinha morrido”, que funciona como um foco acionador da inferência. O item lexical ‘hospital’ faz evocar os seguintes elementos: doentes, médicos, enfermeiros, cirurgias, remédios etc.

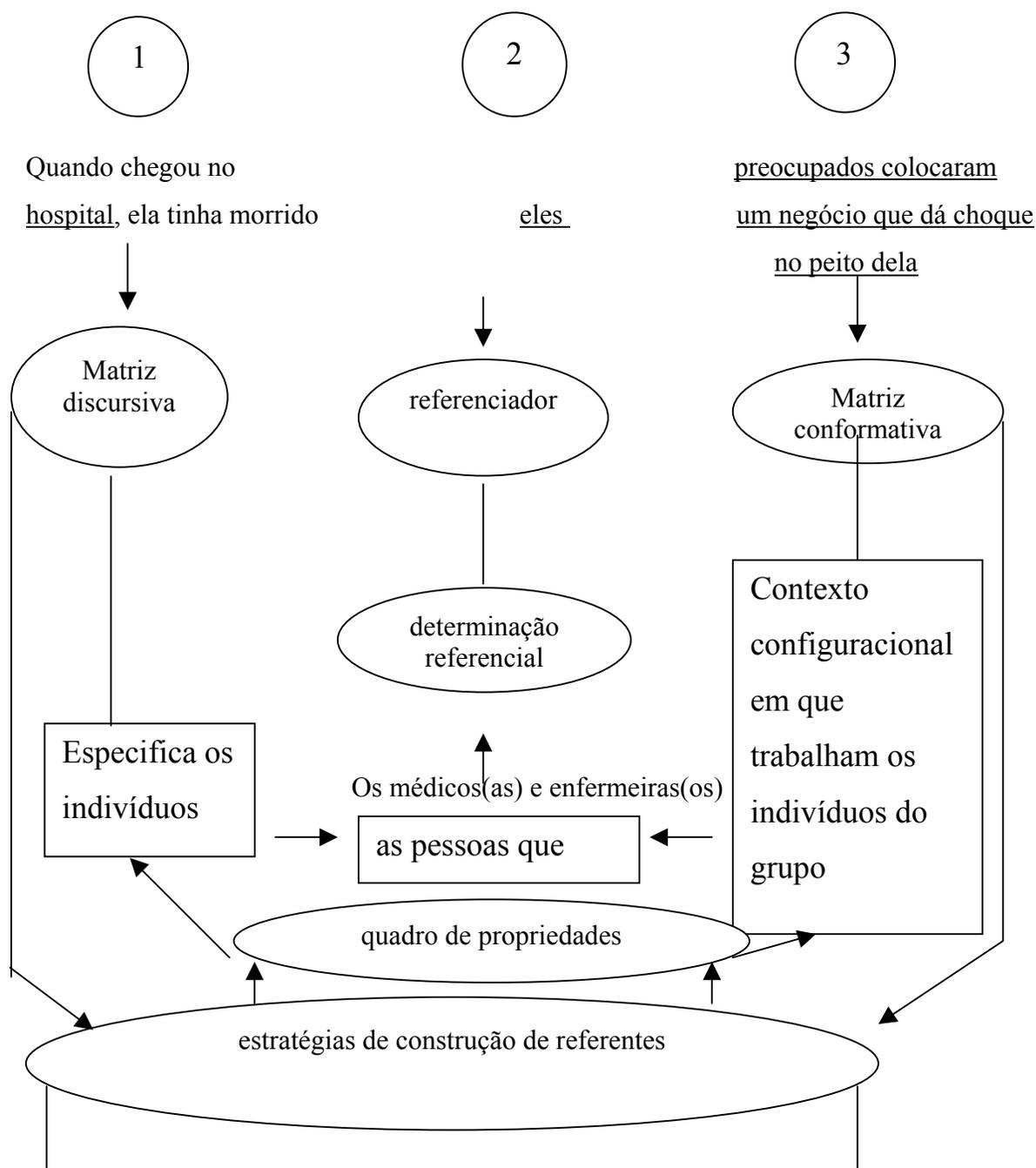
Entretanto, para que essa determinação referencial se consolide, dependerá também do momento posterior ao pronome, **a matriz conformativa**: ‘preocupados colocaram um negócio que dá choque no peito dela’. A partir desse momento haverá uma relação de concordância entre os

três elementos. Para isto basta que se faça estas perguntas: “ o quê? quem? quando? onde? ”.

Para que se possa reconstruir a informação dada no exemplo (29), faz-se necessária a seguinte retextualização: “Quando chegou no hospital, ela tinha morrido. Os médicos(as) e/ou as enfermeiras(os) atenderam-na. Eles colocaram um ressuscitador no peito dela”. É possível atentar-se para o fato de que essa operação se faz de forma indireta, buscando-se apoio no contexto discursivo.

Após a análise acima, veja-se, através do diagrama inspirado no modelo de Marcuschi – conforme apresentado no capítulo 3, seção 3.7 e aplicado aqui –, como funciona esse tipo de relação anafórica.

Diagrama 3 – Operações para a construção dos referentes da anáfora pronominal sem antecedente



- 1- em relação à matriz discursiva: (a) constrói um espaço mental que produz um quadro de propriedades;
 (b) identifica e seleciona indivíduos; (c) especifica os indivíduos na relação com o enquadre;
- 2- em relação à matriz conformativa: (a) gera um contexto seletivo para os elementos construídos em 1.;
 (b) seleciona os referentes adequados de 1.;
- 3- em relação à determinação referencial: identifica os referentes apropriados em obediência ao que foi selecionado e sugerido em 1. e 2.

Através desse exemplo, pode-se postular que a anáfora esquemática é um processo em que atuam aspectos morfossintáticos, semânticos, cognitivos e pragmáticos de forma específica, isto é, constitui-se um caso atípico do funcionamento discursivo, comprometido com a linguagem como atividade interlocutiva.

De forma a se ter uma melhor visão do funcionamento da anáfora sem antecedente (esquemática), tomam-se outros exemplos para a presente análise:

- (30) ‘João foi mandado para um orfanato, lá’¹⁶ ‘eles’ ‘descobriram’
que seu pai tinha um irmão que se chamava ‘Xavier’.
(NA, I, 8, 14, 5-7)

Em (30), não há nenhuma menção explícita ao objeto-de-discurso (referente) do elemento anafórico destacado ‘ele’. O pronome não indica um caráter existencial nem entidades discretas de modo explícito, porém constrói um referente. Para que esse referente (objeto-de-discurso) seja determinado é necessário observar o contexto anterior e posterior à designação do pronome; o primeiro é a matriz discursiva, aqui representada por: ‘João foi mandado para o ‘orfanato, lá’; . Nesse trecho do discurso começa-se a construção de quadro de propriedades. Há a identificação de um lugar específico – ‘orfanato’ – , onde trabalham pessoas que ajudam as crianças que não possuem pais. O contexto posterior ao pronome é a matriz conformativa que, no exemplo, está representada por: ‘descobriram; que seu pai tinha um irmão; que se chamava Xavier’. Através da matriz conformativa é produzido um contexto seletivo

¹⁶ Observa-se o emprego da anáfora ‘lá’ que se refere ao antecedente ‘orfanato’. Percebe-se que esse recurso lingüístico tem a função de reforçar a idéia de que naquele lugar (um orfanato) alguém descobriu uma informação importante para o personagem, João.

para os possíveis elementos que serão construídos como referentes na matriz discursiva. Isto quer dizer que esses elementos podem ser os assistentes sociais que são as pessoas que estão encarregadas para essas situações.

Assim, esses três elementos desencadeiam a construção referencial, criam um quadro da situação, ou um *frame*. Através desse *frame*, consegue-se inferir que possivelmente ‘eles’ são ‘os assistentes sociais que trabalham naquele orfanato’.

Sintetizando o que foi analisado, têm-se:

- a) Matriz discursiva (construtor de um lugar específico): ‘João foi mandado para um orfanato, lá’
- b) Referenciador (construtor e introdutor dos referentes adequados de acordo com as propriedades da matriz discursiva e conformativa): ‘eles’
- c) Matriz conformativa (construtor das ações que pertencem a determinados indivíduos ou grupos): ‘descobriram que seu pai tinha um irmão que se chamava Xavier’.

Observe-se, agora, o exemplo (31):

- (31) ... era um vale onde havia muitos animais ‘neste vale havia uma lenda antiga’. ‘Eles’ ‘falavam que neste vale havia um dragão...’
(NA, II, 7, 93, 8-10)

No trecho apresentado em (31), há a ocorrência do pronome ‘eles’, porém o seu antecedente não foi pontualizado no discurso. Entretanto, seu sentido pode ser compreendido pelas pistas do contexto discursivo. Veja-se que no trecho anterior ao pronome têm-se algumas informações que vão ajudar a construção do possível referente. Essas primeiras informações são a matriz discursiva, de onde se obtém o seguinte: ‘neste vale havia uma lenda

antiga’, construindo o local onde provavelmente pode se fazer uma ligação com o referente da anáfora. Porém, necessita-se de mais informações para que haja a determinação referencial. Procura-se, então, o trecho posterior ao pronome, que é a matriz conformativa, representada por ‘falavam que neste vale havia um dragão’.

Na matriz conformativa encontram-se as ações que construirão a possível identificação dos objetos-de-discurso. Nesse caso, pode-se inferir, através do quadro construído, que o referente do pronome ‘eles’ são ‘os habitantes ou moradores daquele vale’.

Assim se configuram os passos para a possível identificação do antecedente desse tipo de anáfora:

- a) Matriz discursiva (construtor das primeiras informações): ‘neste vale havia uma lenda antiga’;
- b) Referenciador (construtor e introdutor dos referentes que serão selecionados, a partir das matrizes discursiva e conformativa): ‘eles’
- c) Matriz conformativa (construtor das ações específicas que ajudarão na possível identificação dos referentes): ‘falavam que neste vale havia um dragão’.

Veja-se que os três elementos acima constroem um quadro de propriedades que está subordinado às estratégias de construção de referentes para que se possa estabelecer e inferir os antecedentes. Quando isso ocorrer, haverá a determinação referencial.

Observem-se outros exemplos:

(32) ‘O reinado do rei chegou bem na hora’,

Amélia disse:

– Prenda este homem, ele está mal, ele está maltratando meus

amigos.

‘Eles’ ‘o prenderam e levaram Amélia para seu pai’.

(NA, II, 8, 46, 27-30)

Nesse exemplo (32), a anáfora pronominal não retoma um antecedente explícito no contexto. Para que o referente seja identificado, é necessário procurar informações anteriores e posteriores à enunciação do pronome. Assim, a informação anterior – ‘O reinado do rei chegou bem na hora’ –, denominada, aqui, como matriz discursiva, é o ponto de origem para a possibilidade da identificação do objeto-de-discurso. Porém, não se constitui uma pista suficiente, por isso deve-se atentar para a informação posterior, que é a matriz conformativa – ‘o prenderam e levaram Amélia para seu pai’. Com mais essa informação, em que as ações refletem especificamente os seus agentes, pode-se possivelmente chegar à determinação referencial.

Desse modo, através das estratégias de construção de referentes que se dão nos níveis cognitivo e pragmático, pode-se identificar o referente do pronome ‘eles’ que, nesse caso, é ‘a guarda ou o exército do rei’.

Análise semelhante pode ser atribuída a (33):

(33) Logo quando sair será julgado. No ‘julgamento’ ‘eles’ ‘levaram o depoimento dado no hospital e os jurados deram a sentença final’.

(NE, 8, 20, 14-16)

Em (33), encontra-se o emprego do pronome ‘eles’ que não faz referência a nenhum termo antecedente, pois esse não se encontra mencionado na situação discursiva. A mesma análise pode ser atribuída para se construir o referente da anáfora destacada. Assim, o trecho ‘No julgamento’, que corresponde à matriz discursiva, permite que se construa um cenário onde são

evocados os elementos: juiz, réu, vítima, jurados, advogados, policiais, platéia etc. Doravante, para se ter uma noção mais adequada para a determinação dos referentes do pronome ‘eles’, atentar-se-á para a matriz conformativa (que são as informações posteriores ao pronome), aqui configurada como: ‘levaram o depoimento dado no hospital e os jurados deram a sentença final’. Nessa matriz é possível fazer uma ligação entre as ações que são praticadas especificamente por aqueles que fazem parte do cenário já mencionado.

A partir da constituição do quadro de propriedades que opera como um *frame*, pode-se determinar e inferir quem são os possíveis referentes da anáfora pontualizada. Nesses termos, o pronome ‘eles’ pode ter como referentes ‘os policiais e advogados’. Veja-se que nos exemplos (29) - (33) os referentes não foram mencionados explicitamente, mas não comprometeram integralmente a interpretação do texto.

Através desse modelo analisado, amplia-se o campo da atuação das anáforas pronominais caracterizadas como uma relação de referência; embora não possuam elas um antecedente explícito, diretamente recuperável, pode-se, por via indireta, identificar seus possíveis antecedentes.

Tentou-se, através da análise dos exemplos (29) - (33), explicar a relação de referenciação entre o pronome ‘eles’ e o estabelecimento de seus referentes. Entretanto, observa-se que existem outras relações anafóricas pronominais em que os antecedentes não estão explicitamente mencionados e que não possuem o mesmo padrão dos exemplos acima. Assim, na seção seguinte, apresentam-se esses casos de anáforas que não se enquadram especificamente com o modelo analisado.

4.3.1- A anáfora sem antecedente explícito e as condições de produção

Na seção anterior, pôde-se demonstrar que as anáforas sem antecedente explícito estabelecem uma relação de referência através de um quadro de propriedades que propiciaram a determinação referencial. Embora os referentes não estivessem na superfície textual, pôde-se depreendê-los, através de informações anteriores e posteriores à designação do pronome, favorecendo a atividade interpretativa. No entanto, ocorre o emprego de anáforas sem antecedente explícito, emprego esse que não estabelece um quadro de propriedades para determinação referencial, isto é, não há a matriz discursiva que constrói um lugar ou um local específico para emissão de informações e nem uma matriz conformativa que constrói as ações que poderiam selecionar elementos para a determinação referencial. Nesta subseção focalizar-se-ão alguns aspectos sobre essa relação anafórica.

Observe-se o emprego do pronome ‘ela’ no seguinte texto:

(34) Sonhar: por quê não?

Era lindo...

Além do que ‘ela’ podia imaginar.

Um vale com águas correntes cristalinas.

Um cavalo branco como a neve correndo livre pelos campos.

O vento sussurrando e embalando as flores com sua música.

Um céu deslumbrante, com um magestoso sol encobrendo aquele lugar perdido em fantasias.

Animais de todos os tipos e raças, desde o mais lindo pássaro, ao mais poderoso dragão.

Flores incontáveis, vermelhas, azuis, roxas, rosas, infinitas.

Pessoas diferentes, mais humanas, que não destruíam nem matavam.

Príncipes e princesas, camponeses e camponesas, e caçador, somente o animal que matava para sobreviver.

O arco-íris lá era mais colorido, o ar mais puro, o vento mais fresco.
Se paraíso existe, ‘ela’ o tinha encontrado lá.
Infelizmente o relógio despertou e ‘ela’ acordou deixando a continuação da
viagem para a noite.
Ainda bem que sonhar ainda não paga!
Sonhe, por quê não?

(NA, II, 8, 7, 1-20)

O texto em tela apresenta três ocorrências do pronome ‘ela’. Observe-se que não há nenhum referente (objeto-de-discurso) que possa ser o antecedente dessa anáfora. Não se consegue ativar um quadro de propriedades como no caso dos exemplos (29) - (33).

Nesse exemplo, não está refletida no texto uma ordem natural, segundo as regras da língua, isto é, para toda anáfora há um elemento que é retomado de forma direta; quando isso não acontece, que seja localizável indiretamente.

No exemplo (34), a recuperação do possível referente da anáfora, mesmo que seja por via indireta, tornou-se muito trabalhosa.

Observe-se que os dois primeiros empregos de ‘ela’ são apenas pretextos para a narração do sonho, isto é, funcionam como elementos da realidade que se prestam a ser o ponto de origem para a narração do sonho, pois não há sonho se não houver alguém que possa sonhar.

Assim, a única informação que se tem até o presente momento é que ‘ela’ é um pronome de 3ª pessoa que possui a marca do gênero feminino.

Diante desse quadro, torna-se problemático estabelecer ou identificar de modo mais objetivo o referente da anáfora no texto.

A última ocorrência do pronome ‘ela’, que se encontra na parte final do texto, permite que se tenha mais essa informação: “Infelizmente o relógio despertou e ‘ela’ acordou deixando a continuação da viagem para a noite”. A

partir dessa informação, pode-se tentar identificar o referente, embora não seja ainda uma pista suficiente para a determinação referencial.

Dessa maneira, agrupando todas as informações chega-se à seguinte conclusão: o pronome ‘ela’ remete à idéia de uma pessoa do sexo feminino que estava tendo um sonho, isto é, o objeto-de-discurso é provavelmente uma pessoa do sexo feminino que sonhou com um paraíso.

Embora o referente não esteja identificável nominalmente, tornando-se trabalhosa a sua determinação, tal fato não impede que o sentido do referente seja construído e que o interlocutor atinja seu objetivo.

De acordo com Kleiman (1983:55),

o processamento do texto, isto é, o agrupamento e transformação de unidades de um nível em unidades significativas de outro nível se faz tanto a partir de conhecimento prévio e das expectativas e objetivos dos interlocutores”.

De forma que o autor competente deve deixar pistas suficientes no seu texto, a fim de promover a construção do sentido, tornando a atividade interlocutiva menos complexa.

Esclarece, ainda, a autora que “não há sempre necessidade de explicação por parte do autor, mas que o implícito possa ser inferido, ou por apelo a outras fontes de conhecimento.” Kleiman (1983:66).

Pode-se dizer que o aluno-autor não sentiu necessidade de explicitar ou deixar mais pistas para a identificação do referente da anáfora destacada. Essa estratégia se processa, portanto, como apelo a outras fontes, como as condições de produção.

Conforme aponta Starling (1990:156),

(..) parece que o aluno escreve para um leitor (ou para si mesmo) já inteirado do assunto e da situação em questão. Por isso (...) não há a preocupação nem de fornecer todas as informações entre os elementos, uma vez que, acostumado as condições de produção da oral, o aluno atribui ao contexto cultural e situacional essa responsabilidade.

Assim, o emprego da anáfora sem antecedente explícito, nesse exemplo, pode ser explicado através dos fatores condicionantes como discussão prévia sobre o assunto, intencionalidade e outros, as chamadas condições de produção.

Veja-se outro exemplo

(35) O menor de rua

“O alcoolismo e as drogas estão destruindo vários lares, destruindo famílias e amigos”.

Quando ‘adolescente’ perdeu seus pais e ficou órfão. Não tinha mais ninguém, aí lembrou -se de um único tio que morava numa cidade grande bem distante da dele.

Passaram tempos... e ele já não agüentava mais o tio. Porque todos os dias ao chegar do serviço, o seu tio ia para um bar e alterava nas bebidas alcoólicas, chegava em casa e tratava seu sobrinho com agressividade.

Um dia resolveu sair de casa, para morar na rua, porque não agüentava desaforos do tio.

Na rua ele sentia frio, passava fome sofreu muito. Logo começou usar as drogas.

Não durou muito tempo, porque foi assassinado por um dos colegas drogado. (NA, I, 8, ,103,1-15)

Em (35), encontra-se um exemplo de anáfora sem antecedente. Observe-se o trecho ‘Quando adolescente perdeu seus pais e ficou órfão’. Porém há no texto algumas informações como: o menor de rua perdeu seus pais, ficou órfão, foi viver com o tio que era agressivo, o adolescente saiu da casa do tio, foi morar na rua, passou por todas as dificuldades de quem mora na rua, morre assassinado. Essas informações possibilitam ao leitor construir um referente para o termo ‘adolescente’. Veja-se que, para se construir o referente, necessitou-se de várias informações não só lingüísticas, como também extralingüísticas, como conhecimento de mundo, etc. Portanto, essas informações foram pistas que ajudaram a construção de um quadro em que o referente não é nominalmente citado, mas sabe-se que é um órfão que, não

especificamente do título do texto. Assim, o título homologa duas funções: uma como gerador da informação e outra como referente ou objeto-de-discurso em relação ao pronome ‘ele’, isto é, o título forma, com o pronome ‘ele’, laços coesivos desencadeando o processo de referenciação.

Observe-se que o aluno-autor parece não sentir necessidade de explicitar nominalmente o referente do pronome ‘ele’, isto é, o aluno-autor não quer criar uma personagem-indivíduo que possui um nome específico, talvez em função do contexto dos menores abandonados, que não são considerados como crianças ou adolescentes de vida normal, mas como uma massa coletiva que não possui referência a não ser ‘as ruas’. Por isso o menor abandonado, que vive nas ruas, não tem nome.

Assim sendo, o aluno-autor, ao violar as convenções estipuladas pela língua padrão, como nesse exemplo (16’), o faz não por desconsiderá-la, mas segue uma intencionalidade subjacente ao seu universo cultural. O menor abandonado não se chama Paulo, não se chama João e nem Carlinhos; é apenas mais um menor abandonado sem direito a uma individualidade, o que parece estar configurado na instância discursiva.

Segundo Costa Val (1987:59), “a situação comunicativa interfere na construção do discurso não apenas no nível conceitual, mas também no nível da expressão, orientando não só o que se diz, mas ainda, como se diz”.

É o que se pode perceber em relação a esse texto, como também a outros já analisados. Muitas das estratégias da progressão referencial empregadas pelos alunos parecem ter sido implementadas pelas condições de produção.

Segundo as convenções da leitura e da escrita, o escritor, ao elaborar seu discurso, tem em mente um leitor virtual; mas, no caso do aluno-autor, esse já tem definida a figura do professor. O ideal, então, seria que o aluno-

autor tivesse em sua mente um leitor público (qualquer leitor que não fosse o professor). Desse modo tentaria distanciar-se ao máximo do contexto de produção.

Para que haja um bom desempenho lingüístico por parte do aluno, é necessário que ele aprenda, reconheça e aplique as especificidades da língua escrita, o que lhe possibilitará uma escolha lingüística mais adequada para a construção do sentido e, ao mesmo tempo, possa propiciar ao leitor uma melhor capacidade interpretativa do contexto interlocutivo.

Não se quer dizer com isso que o texto tem que apresentar uma linguagem simplista, pouco desafiadora, mas que o sentido se estabeleça de forma a não se ter dúvidas ou evasivas para a sua interpretação.

Observem-se, aqui, outros exemplos em que a mesma estratégia foi empregada:

(36) O menino de rua

Olha só como ‘ele’ sofre, ele mora com o tio. Seu tio é doente e não pode trabalhar e como menino não acha nenhum trabalho o jeito vai ser roubar. (NA, I, 8, 119, 1-4)

Em (36), não há, no corpo do texto, um antecedente explícito para a anáfora destacada. A única pista que se tem está localizada no título: ‘O menino de rua’. Desse modo, o título não é só indicador da informação a ser transmitida, como também é o referente, objeto-de-discurso a que o pronome ‘ele’ se refere. Observe-se que o referente ‘o menino de rua’ é uma descrição genérica. O emprego dessa expressão genérica correlacionada com o pronome ‘ele’, que é lexicalmente vazio e marca a não-pessoa, pode ter um propósito não aparente no discurso: o de não individualizar aqueles que não pertencem ao padrão normal de uma família. De modo que a progressão referencial está

assim estruturada porque está a serviço de um contexto situacional, o fato de não se querer um referente que se torne nominalmente identificável. O mesmo pode-se constatar no exemplo (37):

(37) O muleque de rua

‘Ele’ estava um dia trabalhando vendendo seus chicletes perto de uma favela mais ele sabia que a favela era habitada pelos piores ladrões, maconheiros, assassinos. (NA, I, 8, 94, 1-5)

No exemplo (37), encontra-se a mesma estratégia discursiva. Não existe um antecedente para o pronome ‘ele’. A única pista encontrada está no título que introduz a informação a ser propagada no texto sobre ‘o muleque de rua’, e, ao mesmo tempo, ajuda a construir um referente para o pronome ‘ele’.

Mais uma vez, parece que não se deseja identificar de modo explícito o objeto-de-discurso, em virtude do quadro em que crianças e adolescentes vivem à margem da sociedade.

Nos exemplos (34)- (37), assim como em (16’), demonstrou-se o uso de anáforas sem antecedente explícito por razões não de ordem gramatical, mas de ordem discursivo-pragmática. Em outros casos das anáforas sem antecedente explícito, como os das anáforas esquemáticas, pôde-se, através de um quadro de propriedades, conseguir a determinação referencial. Entretanto, as anáforas dos exemplos acima citados parecem não se enquadrar no modelo da anáfora esquemática. A configuração dessa estratégia parece estar determinada pelas condições de produção que influenciaram os alunos-autores no “que dizer” e no “como dizer”.

Assim o emprego dessas anáforas parece ter, aparentemente, o objetivo de não se determinar um referente individual, particular; por isso não houve o emprego de um nome específico e sim o uso de uma descrição genérica

inserida no título, tendo como uma de suas funções rarefazer a idéia de um objeto-de- discurso personalizado, o que possivelmente justifica a ocorrência dessa estratégia.

4.4 – As relações anafóricas de natureza nominal

Nesta seção, tratar-se-á de mais um aspecto importante no processo de referenciação: as relações anafóricas de caráter nominal.

Segundo Marcuschi (1998a), as relações anafóricas não devem ser consideradas como um processo em que atuam exclusivamente elementos de natureza pronominal. Os elementos que constituem essa relação anafórica são elementos enfocados como fenômenos discursivos, o que significa uma ampliação do processo referencial. A configuração do processo se dá através de diversas relações como: nome-nome; nome-oração e outras já analisadas neste trabalho.

Nesse tipo de relação anafórica não são necessárias a retomada e a remissão para que se faça uma cadeia de designações.

Assim, as relações anafóricas nominais, ao criarem uma rede de designações para o objeto-de-discurso, possibilitam ao interlocutor um maior campo de escolhas lingüísticas que não só promovem o enriquecimento do vocabulário do texto como também funcionam como continuadores discursivos. Em outras palavras, são elementos que não têm só a função de ligar seqüências textuais para a construção de sentidos mas também ampliam o campo lexical.

Para que se possa analisar essas relações no âmbito da fala e da escrita, Marcuschi (1998a) sugere distinções entre correferência, recategorização e a co-significação. Segundo esse autor, a correferência dá-se, geralmente, com retomadas por repetição, sinonímia ou outras designações para o mesmo

referente; a recategorização é a remissão a um item lexical ou um conjunto de fatos que opera como um gerador de informações ou pistas para a inferenciação. Essa remissão pode, ou não, ser uma retomada (parcial, total ou similar) dependendo de como se quer constituir o objeto-de-discurso, como estendido ou não; e uma de suas características é a não co-significação. A co-significação se concretiza como uma relação entre os níveis lexicais e semânticos dos elementos lingüísticos que estabelecem as relações anafóricas.

Esses três aspectos apontados constituirão o quadro para a relação anafórica de natureza nominal.

Veja-se aqui um resumo do quadro das relações anafóricas elaborado por Marcuschi (1998 a: 7), o qual apresenta exclusivamente as relações de caráter nominal (aqui reproduzidas com a mesma numeração dada por Marcuschi).

Quadro 4 - Relação anafórica com emprego de nomes

Relação Anafórica	Esquema categorial
<p>{1} Retomada explícita de antecedente por repetição de item ou construção lingüística com estabilidade/continuidade referencial.</p>	<p>{1}+ correferência - recategorização + co-significação</p>
<p>{3} Retomada implícita de antecedente por sinonímia, paráfrase, associação Metonímia com estabilidade continuidade referencial.</p>	<p>{3} + correferência + recategorização - co-significação</p>

As duas relações anafóricas apontadas acima foram observadas nos textos narrativos escritos analisados. Verificou-se que há um bom emprego dessas relações anafóricas que constituem cadeias referenciais, embora se saiba que as cadeias referenciais possam ser formadas por outras relações como as pronominais, por exemplo. Portanto, nesta seção serão apontadas somente as estratégias que são constituídas pelo aspecto nominal.

Assim, as cadeias referenciais formadas em {1} e {3} são configuradas por retomadas explícita e implícita dos objetos-de-discurso. A retomada explícita é a repetição de um item lexical ou expressão lingüística; e a retomada implícita é feita por sinônimos, paráfrase, associação e metonímia. Ambas se caracterizam pela correferência e diferem pelos aspectos da recategorização e co-significação.

Segundo Marcuschi (1998 a), essas estratégias são muito utilizadas em noticiários jornalísticos em geral, embora não só empregadas nesses textos de caráter informativo, como também naqueles que produzem efeitos irônicos e outros diversos.

De acordo com o autor, as estratégias {1} e {3} são muito utilizadas em textos jurídicos, bulas de remédio e outros desse gênero porque necessitam da estabilidade referencial, de uma explicitude completa, da expressão exata, o que caracteriza os textos de caráter formal.

O emprego dessas estratégias foi detectado nos textos narrativos dos exemplos (36) e (37), bem como em (38) abaixo:

(38) Prostituição Infantil

Kely era uma garota como qualquer outra, 12 anos bonita e inteligente. Morava com a avó, que vivia da pensão de seu marido, já falecido. Kely havia perdido seus pais num confronto que teve na favela

Santo André, entre traficantes e policiais. Kely estudava na escola do morro. Ela e sua avó passavam dificuldades, então, ela resolveu sair de casa e foi trabalhar. Como não arranjava emprego, Kely, incentivada pelas novas amigas, foi se prostituir. Trabalhava todas as noites e ganhava até bem, pois garotas de sua idade tinham grande aceitação no mercado da prostituição. E a maioria de seus clientes eram homens de diversas idades, tinha de 17 até 60 anos ou mais. Só gente de classe média alta.

Certa vez, Kely foi ficando doente, cada vez mais fraca, teve que ser levada para o hospital. Lá, aquela estudante de 12 anos bonita e inteligente, morreu como uma indigente sem nome, sem data de nascimento, como uma qualquer. Kely morreu de Aids que havia pegado de um de seus clientes. Kely morreu perdida no mundo como outra garota ingênua vítima do mal que atinge tantas mulheres no Brasil que é a prostituição. (NA, I, 7, 1- 30)

No texto (38), encontram-se várias relações anafóricas, destacando-se, dentre elas, as relações nome-nome e nome-oração. Note-se que, nos trechos abaixo transcritos, há o emprego da estratégia {1}: retomada explícita de antecedente por repetição de item lexical que mantém a continuidade referencial:

Kely era uma garota → introdutor da referência

‘Kely’ havia perdido seus pais>

‘Kely’ estudava na escola do morro.>

‘Kely’ incentivada pelas novas amigas> ,

‘Kely’ foi ficando doente, cada vez mais fraca>

‘Kely’ morreu de Aids.>

‘Kely’ morreu perdida no mundo >

Veja-se que o item lexical ‘Kely’, que é introdutor da referência, ou objeto-de-discurso, foi retomado seis vezes ao longo do discurso.

Há também o emprego da estratégia {3}: retomada implícita por associação, conforme evidenciam os trechos abaixo

‘como qualquer outra’>

Lá aquela ‘estudante de 12 anos bonita e inteligente’, morreu>

‘Como uma indigente sem nome, sem data de nascimento’,>

‘Como uma qualquer’.>

‘Como outra garota ingênua vítima’ ...

Nos trechos acima selecionados, há a retomada por uma conjunção comparativa ‘como’, que inicia as seqüências referenciais, e pelo termo ‘estudante’ remetendo a uma fase anterior do objeto-de-discurso em questão.

Veja-se que o emprego dessas estratégias possibilita uma estabilidade tópica e uma variação lexical de acordo com as expectativas que vão se colocando ao longo da narrativa. Observa-se uma conexão entre papéis e valores, identidades e relações que propiciam a progressão referencial.

Encontra-se, a seguir, um outro caso, em que os referentes, ou objeto-de-discurso ‘Paulo’ e ‘barras pesadas’ foram retomados pelas estratégias {1} e {3}.

(39)

Paulinho um menino de rua

Paulo nasceu no dia 7 de fevereiro de 85, aos 2 anos seu pais morreram por causa de um acidente de carro. Paulinho estava na casa de seu único tio. Chamado Carlos. Quando soube da notícia.

Como Carlos era o único parentesco da mãe e pai de Paulinho, ficou com o menino. Só que tinha um pequeno problema Carlos bebia demais, não se preocupava com comida aula p/ o menino etc

Paulinho vivia soto pelas ruas, e fez umas amizades barras pesadas.

Ele se juntou à uma gangue que só roubavam e assaltavam as pessoas nas ruas, essa gangue mora na rua. Paulinho resolveu juntar com esses amigos já que o tio não ligava para ele e foi.

Paulinho se tornou u menino de rua passou a roubar para comer, dormia debaixo de uma ponte .

__ E seus amigos?

__ Seus amigos o deixaram sosinho foram seguir seus rumos em outro lugar.

__ Quando Paulinho resouvel voltar para casa de seu tio, era tarde demais seu tio havia parado de beber arrumou um emprego foi para outra cidade, e Paulinho sem ninguém no mundo tentou seguir sua vida de outra forma para sobreviver, por que percebeu que não valia a pena roubar as pessoas para sobreviver. (NA, I, 7, 101,1- 19)

Observem-se os trechos transcritos abaixo:

Paulo nasceu no dia 7 de fevereiro de 85> →Introdutor da
'Paulinho' estava na casa de seu único tio> referência
Como Carlos era o único parentesco da mãe e do pai de
'Paulinho'>
'Paulinho' vivia soto pelas ruas>
'Paulinho' se tornou um menino de rua>
Quando 'Paulinho' resouel voltar para casa de seu tio.>
e 'Paulinho' sem ninguém no mundo...>

Nos trechos acima, pontualiza-se a estratégia {1}: retomada explícita por repetição, constituída por uma expressão lingüística, 'Paulinho', que dá continuidade ao texto.

Verifica-se em outros pontos do exemplo (39) a estratégia {3}: retomada implícita de antecedente por sinônimos e associação, como se pode observar nos trechos abaixo:

E fez umas amizades barras pesadas > → introdutor da referência
Ele se ajuntou a uma 'gangue'>
Essa 'gangue' mora na rua.>
E seus 'amigos'? >
Seus 'amigos' o deixaram sozinho>

Observe-se que, nos trechos acima, o objeto-de-discurso 'amizades barras pesadas' é retomado implicitamente pelo sinônimo: 'gangue' e por associação – 'amigos' –, gerando a continuidade referencial e a variação lexical.

O mesmo procedimento pode ser detectado no caso de (40).

(40)

(sem título)

Certa ocasião viciados em maconha e cocaína decidem expandir o mundo da droga mas não sabem como, até que então acham a solução, levar as drogas para as escolas da cidade inteira. Os mafiosos decidem comprar centenas de milhares de quilos, depois todos pegam um pouco e se espalham para os pontos de encontro de meninos antes e depois da aula, pontos de onibus e até dentro das escolas, como? Eles pagam para garotos para venderem as drogas dentro das escolas.

Então começa a operação espalha drogas. Todos começam a se viciar nas drogas. Para onde olhace tinha alguém com drogas até professores.

Só que então um dos meninos decidem jogar as drogas fora e conta para os pais e policiais.

Os policiais imediatamente avisam o Caças Drogas e imediatamente este grupo avisa as escolas da região.

Enquanto isso os drogados procuravam o menino que jogou as drogas fora

Os viciados então acharam a casa deste menino e ameaçaram mataram o menino e seus familiares e mataram. Os policiais pegaram os maconheiros e apreenderam a maconha. (NE, 8, 124, 1-18)

No exemplo (40), encontram-se os seguintes objetos-de-discurso: 1- viciados, 2- meninos, 3- policiais, 4- Caça Drogas, que são geradores da relação referencial. Observe-se o emprego das estratégias {1} e {3} na construção referencial de alguns dos objetos-de-discurso acima.

A estratégia {3} – retomada implícita por sinonímia e associações – efetiva-se com relação ao objeto-de-discurso: 1- viciado. Veja-se:

Certa ocasião viciados... > → Introdutor da referência

Os ‘mafiosos’>

Os ‘drogados’>

Os ‘viciados’>

Os ‘maconheiros’... .

Atente-se para a continuidade referencial que se efetua pela retomada implícita de sinônimos, além da variação lexical que se verifica na atividade discursiva.

A estratégia {1} – retomada explícita por repetição – se configura em relação ao objeto-de-discurso ‘policiais’. Observe-se o seu emprego abaixo:

... e conta para os pais e policiais > → introdutor da referência

Os ‘policiais’ imediatamente avisam...

Note-se que o objeto-de-discurso é repetido para promover a continuidade referencial.

Como se pode ver, as estratégias {1} e {3} constituem cadeias referenciais que promovem a continuação de tópicos e, ao mesmo tempo, a variação lexical.

Dessa forma pode-se dizer que as relações anafóricas nominais propiciam uma ampliação dos níveis pragmático, semântico e lexical e favorecem um refinamento do e no tratamento textual .

4.5 Considerações finais

Nesse capítulo foram discutidas algumas das diversas estratégias do processo de referenciação em textos narrativos escritos por alunos do ensino fundamental.

Considerou-se como parâmetro desse estudo uma visão ampliada das estratégias referenciais, como a anáfora sem antecedente explícito, conforme a posição de Marcuschi (1998 a,b), Koch & Marcuschi (1998), segundo a qual a referência não é uma simples designação extensional de referentes discretos (num mundo extra-mental ou não), isto é, a referência é uma designação, representação, ou mesmo sugestão de entidades numa situação discursiva referencial. Dessa forma a referência é um fenômeno do discurso,

por isso é um processo complexo, não é simplesmente uma retomada de referentes explícitos e nem apenas um cálculo imediatista.

Observou-se que muitas das estratégias desse processo, que são típicas da oralidade, foram encontradas nos textos narrativos escritos aqui analisados. Em virtude dessa constatação, pode-se dizer que os alunos-autores ainda não possuem efetivamente o domínio da linguagem escrita.

Não foi objetivo desse estudo fazer qualquer julgamento. Pretendeu-se, com ele, explicitar e compreender as estratégias de referenciação numa visão funcionalista em consonância com as postulações dos autores já mencionados procurou-se mostrar a importância do processo de referenciação como fenômeno discursivo dinâmico, pois, além de contribuir para a estruturação do texto, também ajuda a promover a compreensão dessas estruturas. Nessa perspectiva, as estratégias de referenciação se processam não só pela elaboração textual em si, mas também pelas condições de produção, como se pôde observar.

O processo de referenciação está, portanto, nesta dissertação, submetido à concepção da linguagem como lugar de interação.

Capítulo 5

CONCLUSÃO

Neste trabalho, investigou-se o processo de referenciação, alicerçado pelos postulados de Koch & Marcuschi (1998) e Marcuschi (1998 a, b). Esse processo se manifesta numa complexa relação entre a linguagem, o mundo e o pensamento na atividade discursiva.

No estudo aqui apresentado o processo de referenciação tem como um dos pressupostos o fato de os referentes serem analisados como objetos-do-discurso, isto é, os referentes são produzidos, interpretados e identificados na instância enunciativa. Vê-se toda a organização discursiva textual configurada como um processo do fenômeno enunciativo na modalidade escrita.

Por isso, entendeu-se que todas as estratégias construídas, no discurso escrito eleito, estão vinculadas às condições de produção. Conseqüentemente, esse processo não está, intrinsecamente, subordinado à teoria gramatical clássica pelo fato de não o considerar como uso da linguagem e, sim, como desvirtualização das normas gramaticais.

Portanto, foi proposta deste trabalho estabelecer um quadro onde se pudesse analisar e interpretar o processamento dessas estratégias em textos da modalidade escrita escolar, e, ao mesmo tempo, investigar se alguns mecanismos da modalidade oral se inscreveram na produção discursiva escrita.

Acredita-se que o “*continuum* tipológico” em que se fundamentou essa análise, no qual as duas modalidades estão inseridas, vem demonstrar de

maneira bem clara que existem textos escritos com grande proximidade com os textos orais e vice-versa.

No *corpus* escolhido pôde-se observar e constatar que muitas características da fala estiveram presentes nos textos escritos dos alunos.

Evidentemente, algumas estratégias próprias do contexto falado – como a anáfora sem antecedente explícito pronominal – se fizeram verificar de maneira contundente.

Pode-se dizer que o estudo desse mecanismo foi de cunho descritivo interpretativo como nos casos :

- a) da designação anafórica;
- b) da desconsideração do predicado pela anáfora;
- c) da homologação do predicado pela anáfora.
- d) da anáfora sem antecedente explícito.

Assim, as estratégias enumeradas acima constituem um processo de referenciação implícito e multilinear, isto é, não é direto; porque nem sempre há elementos presentes na superfície textual, mas que acabam se revelando na mente dos interlocutores, devido às pistas, ou aos ancoramentos em algum ponto da porção textual, o que propicia a interpretação.

Tentou-se explicar, principalmente, a ocorrência da anáfora pronominal “eles.” Considerou-se, para a análise, aspectos como inferências e frames, postulando-se como princípio que a cognição humana é contextualmente configurada.

No caso das anáforas pronominais sem antecedente explícito, verificou-se que existem certas condições para sua compreensibilidade, isto é, um

momento anterior (a matriz discursiva) ao pronome ‘ele’ (o referenciador) e um momento posterior (a matriz conformativa).

Constataram-se outros tipos de anáfora sem antecedente explícito como o “título como gerador de sentido” e outras, como o exemplo (34), em que a anáfora pronominal se ateve a marcas semânticas como gênero e número, de forma a constituir significado.

É necessário registrar que os alunos sujeitos desse trabalho estiveram em presença do seu interlocutor no momento da produção, perfazendo dois horários- aula para as atividades. Portanto, não estavam livres de nenhuma pressão – por exemplo, o fator tempo – para escrever o texto, o que caracteriza, de modo real, as condições de produção da escrita escolar. Percebe-se que em situação de sala de aula, o aluno, por mais motivado que esteja, não se coloca verdadeiramente no papel de interlocutor, deixando muito a desejar nesse sentido.

Nesse processo, o aluno-autor sabe para quem escreve — o professor, o qual participou da situação interlocutiva anterior à escrita do texto. Isso configurou, em termos, o conhecimento partilhado. Assim, o aluno-autor se sente à vontade para omitir informações, partindo do pressuposto de que o professor conhece o assunto; por isso, talvez se explique o largo emprego das anáforas sem antecedente explícito. Por outro lado, caracteriza falhas no ensino da produção de texto em geral.

Com relação ao gênero discursivo – a narração – cabem aqui indagações:

– será que a narração favorece o emprego das anáforas sem antecedente explícito? – ocorre o mesmo com os outros gêneros textuais tradicionais como a descrição e a dissertação?

– os textos de apoio ou não interferiram para o emprego das estratégias analisadas nesse trabalho?

Pelos resultados encontrados, pode-se afirmar que a narração favoreceu o uso da anáfora sem antecedente . Quanto aos outros tipos textuais, pode-se dizer que estudos, como os de Costa Val (1994) e Pécora (1992), comprovam a ocorrência da anáfora sem antecedente. Entretanto, com a ampliação da noção de anáfora, novas análises merecem ser feitas em relação a esses tipos de textos. No que diz respeito à interferência dos textos de apoio ou não, conclui-se que os de apoio interferem pelo fato de os alunos não explicitarem certas informações, por achar que os interlocutores tinham conhecimento do assunto tratado. E, no caso do texto sem apoio, como a narrativa de experiência pessoal, constatou-se, também, o emprego dessa estratégia, o que permite a afirmação de que a anáfora é um fenômeno discursivo textual tanto oral quanto escrito.

Assim, com relação a essa modalidade discursiva textual, a *priori*, não se pode julgar de maneira categórica todas as características, já enquadradas, na literatura em geral, porque, ao se estudar o processo, descobrem-se os efeitos que causam as condições de produção. São elas a chave de todo o processo enunciativo em resposta a toda inquietação e estranhamento que algum enunciado possa causar.

Portanto, através da pesquisa aqui empreendida, vê-se explicitada a ampliação das relações anafóricas, em que alguns casos foram analisados, de modo que muitos outros merecerão ainda serem investigados.

Espera-se que esse estudo possa contribuir para o trabalho da produção de textos, buscando-se para isso mudanças de paradigma, porque, ao se inserir a visão de que na atividade textual se deve trabalhar o processo, modifica-se e remoldura-se o papel do professor-corretor para o de professor-orientador, e,

conseqüentemente, o produto deixa de ter o caráter de uma atividade passiva e negligenciada, para assumir uma nova função – a processual e orientada no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 APOTHÉLOZ, D. & M. J. REICHLER- BÉGUELIN. *Construction de la référence et stratégies de designation*. Tranel, 23. **Du syntagme nominal aux objets-de-discours**.1995: 227- 271.
- 2 BAR-HILLEL, Yehoshua. “*Expressões indiciais*.” In: DASCAL, M. (org). **Fundamentos metodológicos da lingüística**, vol. 4, Campinas, Ed do autor, 1982, pp.23-49.
- 3 BASTOS, Lúcia Kopschitz. **Coesão e coerência em narrativas escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- 4 BEAUGRANDE, Robert de. **New foundations for a science of text and discourse: Cognition, Communication, and the freedom of access to knowledge and society**. Norwood, New Jersey. Ablex, 1977
- 5 BERNSTEIN, Basil. **Class, codes and control**.: Applied Studies Towards a Sociology of Language. Primary Socializations, Language and Education. Ed. Basil Bernstein Vol 2. London: Routledge & Kegan, Paul .1973.
- 6 BIBER, Douglas. **Variation across speech and writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988
- 7 BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos fundamentais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF, 1998.**
- 8 CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & lingüística**. 5 ed. São Paulo: Scipione, 1992.
- 9 CASTILHO, Ataliba T. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.
- 10 CHAFE, Wallace L. **The pears stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production**. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1980.
- 11 CHAFE, Wallace L. *Integration and involvement in speaking, writing and oral literacy*. In: TANNEN, D. (ed.). **Spoken and written language: exploring orality and literacy**. Norwood, N/J. Ablex, 1982: 35-53.
- 12 CHAFE, Wallace L. *Linguistic differences produced by differences between speaking and writing*. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. & HILDYARD. A. (eds.) **Literacy and Language Learning**. Cambridge: Cambridge University Press: 1985: 105-123.
- 13 COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

- 14 COSTA VAL, Maria da Graça. **Entre a oralidade e a escrita**: o desenvolvimento da representação de discurso narrativo escrito em fase de alfabetização. Belo Horizonte: FAE/ UFMG, 1996. (tese de doutorado).
- 15 DONNELLAN, Keith. *Reference and definite descriptions*. In: STEINBERG, D. D. & JACOBOVITS, L. A. (eds). **Semantics**. Cambridge University Press, (1971 [66]).
- 16 EVANGELISTA, Aracy Martins et al. **Professor-leitor, aluno-autor**: reflexões sobre avaliação do texto escolar. Intermédio. Cadernos CEALE. Vol.3. CEALE/ FORMARTO, 1998.
- 17 GARCIA, O. M. . **Comunicação em prosa moderna**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- 18 GERALDY, João Wanderley. **O texto e na sala de aula**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- 19 GOODMAN, Yetta. *O desenvolvimento da escrita em crianças muito pequenas*. In: FERREIRO, Emília & PALACIO, Margarita G.. **Os processos de leitura e escrita** : novas perspectivas. Trad: Luiza Maria Silveira. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- 20 GUMPERZ, John. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- 21 HALLIDAY, Marcus A. K. & HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- 22 FAUCONNIER, Gilles & SWEETSER, Eve. **Spaces, words, and grammar**. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1996.
- 23 FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- 24 FERREIRO, Emília & PALACIO, Margarida Gomes. **Os processos de leitura e Escrita**: novas perspectivas. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- 25 FREGE, G. (1892). *Sobre o sentido e a referência*. In: **Lógica e filosofia da Linguagem**. Trad.: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978: 59-86.
- 26 KATO, Mary. **O mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.
- 27 KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor, aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 1989.
- 28 KOCH, Ingedore G. V. **A coesão textual**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

- 29 KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e linguagem**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- 30 KOCH, Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- 31 KOCH, Ingedore G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- 32 KOCH, Ingedore G. V. & MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Processos de referência na produção discursiva*. **DELTA**, v. 14, nº especial, São Paulo: EDUC. 1998: 169-190.
- 33 KOCH, Ingedore G. V. & TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- 34 KOCH, Ingedore G. V. & TRAVAGLIA, L.C. **Texto e coerência**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- 35 LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- 36 BOV, William & WALETZKY, Johua. *Narrative analysis: oral versions of personal experience*. In: HELM, J. (ed). **Essay on the verbal visual arts**. Washington, University of Washington Press, 1967, pp12-44.
- 37 LIBERATO, Yara G. **A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1997. (Tese, Doutorado em Estudos da Linguagem).
- 38 LYONS, John. **Semântica I** . Trad. Wanda Ramos, v-I Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1977.
- 39 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1986.
- 40 MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro*. **1 colóquio internacional de língua portuguesa**, Berlim, 1998a. (mimeogr.).
- 41 MARCUSCHI, Luiz Antônio *Referênciação de cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. UFPE, 1998b. (mimeogr.).
- 42 MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido*.UFPE, 1999. (mimeogr.).
- 43 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001.

- 44 MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Anáfora Indireta: O barco textual e sua âncoras*. **IV Jornada do CELSUL**- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000 (mimeogr.).
- 45 NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- 46 OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. **The meaning of meaning**. London: Routledge & Kegan Paul, 1923.
- 47 PÉCORA, Alcir. **Problemas de redação**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- 48 POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. 1 reimpressão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- 49 POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 2 reimpressão. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- 50 ROSS, John Robert. *On declarative sentences*. In: JACOBS, R. & ROSENBAUN, P.S. (eds). **Reading in english transformation grammar**. Waltham, Mass: Ginn & Co.: 1970: 222-272.
- 51 STARLING, Maria Helena de A. Ribeiro. **Interferências da língua oral no processo de estruturação da escrita escolar**. Belo Horizonte. FALE/UFMG, 1990. (Dissertação: mestrado).
- 52 TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- 53 TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Seleção de informações e a produção de textos*. Uberlândia: UFU. **Trabalho apresentado no IV Encontro Estadual sobre Redação de Vestibular em São Leopoldo**. RS, 1998.
- 54 VAN DIJK, Teun. A. **Studies in the pragmatics of discourse**. Mouton Publishers, The Hague, [s.d].
- 55 WOODS, Claire A. *A lectoescrita nas interações: uma busca das dimensões e significados no contexto social*. In: FERREIRO, Emília & PALACIO, Margarita G.. **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Trad. Maria Luiza Silveira. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- 56 ZRIBI-HERTZ, A. *Anaphor binding and narrative point of view: english reflexive pronouns in sentence and discourse*. **Language**: 1989, [65]: 695-727.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the process of referentiality in written school texts. From a functionalist perspective, and taking into account cognitive, pragmatic and social features, this process is assumed to develop strategies allocated by three major groups, in which the referents are considered objects of discourse transformed and modified according to the anaphoric designation of the discourse. The work also describes the phenomenon of anaphora without an explicit antecedent in the linguistic context itself. Though this kind of anaphora is more densely present in speech,

such phenomenon is expected to widen the scope of the concept of referentiality.

KEY WORDS: referentiality; object of discourse; anaphora without explicit antecedent.

ANEXOS

PRIMEIRA ETAPA

SEGUNDA ETAPA

TERCEIRA ETAPA

QUARTA ETAPA

Narrativa de experiência pessoal

